MULHERES DE LUTA

No 8 de março, feministas, trabalhador@s e movimentos progressistas convocam tod@s a lutarem pela vida e contra o governo do genocida. A esperança de novos dias para o Brasil é com Lula presidente

Arte: Nathalie Nascimento

focus BRASIL

Fundação Perseu Abramo 7 de Março de 2022 Nº 48

Dilma: mulheres não se deixam enganar por Bolsonaro

Vem aí a 3ª Conferência da Classe Trabalhadora

Com PT, consumo das famílias fez crescer o país

Os 40 anos da estreia de Cazuza e Barão Vermelho

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo
Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice
Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.
Produção: Oficina da Notícia
Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto
Colaboradores: Artur Araújo, Danilo Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Pedro Camarão e Ricardo Stuckert

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidenta: Vivian Farias
Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema
Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff
Presidente: Fernando Haddad
Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5573-3338
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234
Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Design Ativista

NESTA EDIÇÃO

MULHERES NAS RUAS CONTRA BOLSONARO E O RETROCESSO

Planalto anuncia para esta semana um "pacote de bondades" para tentar reverter a rejeição do líder da extrema-direita diante do eleitorado feminino e progressista. As mulheres prometem resistência nas ruas e fazer avançar no Brasil uma onda de esperança para tirá-lo da Presidência em outubro.

EDITORIAL. O Brasil já começou a sentir o impacto econômico da guerra

ENTREVISTA. Dilma diz que a misoginia de Bolsonaro terá resposta nas urnas

8 DE MARÇO. A luta das mulheres contra a política machista do presidente

PIONEIRA. Morre a médica Margarida Barreto, na luta contra o câncer, aos 78

VOTO. Anne Moura relembra a luta pela conquista do voto feminino

CONCLAT. Depois de 40 anos, classe trabalhadora vai unida para conferência

LULA. No México, o ex-presidente é recebido como chefe de Estado

INOCENTE. Lewandowski suspende ação penal que acusava Lula injustamente

ELEIÇÕES. Lula se mantém na dianteira da corrida presidencial de outubro

ECONOMIA. Política do PT fez o consumo das famílias virar motor da economia

RESERVAS. Brasil só não quebrou porque PT deixou reservas robustas em dólar

RÚSSIA. Sanções impostas a Moscou tornam instável a economia global

MÍDIA. União Europeia proíbe o funcionamento do Russia Today e Sputnik

DÓLAR. Congelar reservas russas pode destronar a moeda americana

AGRICULTURA. Brasil precisa contribuir para o enfrentamento da fome

CULTURA. Cazuza e Barão estreavam há 40 anos com disco visceral e urgente

MEMÓRIA. Há um ano, Fachin anulava as sentenças injustas a Lula

TRIBUTO. Lula e Dilma lamentam a morte do físico Luíz Pinguelli Rosa

O IMPACTO ECONÔMICO DA GUERRA NA EUROPA

Aloizio Mercadante

Enquanto Bolsonaro aproveitou as férias para passear de jet-ski no litoral paulista, isolado e alheio à conjuntura geopolítica global, o avanço da guerra na Ucrânia e as medidas de retaliação à Rússia apresentam desafios à economia brasileira. Como alertamos, esta crise pode ter graves impactos no Brasil, agora agravados com a decisão do governo russo de paralisar a produção de fertilizantes, com consequências dramáticas para a agricultura brasileira. Isso porque não só somos dependentes da importação de fertilizantes, como também o conflito na Europa tem gerado uma disparada no preço internacional do petróleo, do trigo e de outras commodities.

Os russos são responsáveis por 15% das exportações globais dos adubos nitrogenados e 17% das de potássio. No caso brasileiro, somos muito dependentes e importamos entre 85% e 90% dos fertilizantes que utilizamos no campo. Em 2021, Rússia e Belarus foram responsáveis por 28% dos fertilizantes importados pelo Brasil, o que dá a medida do impacto que paralisação da produção russa terá na produção agrícola nacional, pressionando o preço dos grãos e ameaçando a segurança alimentar.

O quadro se agrava quando observamos que o governo vinha aumentando a dependência da nossa agricultura da produção internacional. Em 2020, a produção de fertilizantes recuou 22% em relação ao ano de 2018. Essa diminuição pode ser explicada, em grande medida, pelo processo de desinvestimento da Petrobrás, que fechou uma unidade e vendeu três fábricas de fertilizantes no país.

Em 2019, Bolsonaro anunciou a saída definitiva do setor de fertilizantes. E só agora, a ministra da Agricultura lamenta o abandono da estratégia de investimentos promovida pelos governos do PT para assegurar oferta interna e ga-

rantir soberania e segurança alimentar.

Como alternativa, Bolsonaro aparece com a ideia de extrair fertilizantes em terras indígenas, sem qualquer estudo prévio de impacto ambiental e sem qualquer medida compensatória para os povos originários. Mais uma arremedo predatório, que é uma marca fundamental desse desgoverno.

Além disso, desde o Golpe de 2016 e a ascensão de Bolsonaro, o Brasil não tem uma política estratégica para a Petrobrás atuar garantindo o abastecimento nacional, com preços de menor impacto possível, especialmente quando ocorrem elevações nos preços internacionais do petróleo.

Pelo contrário, a empresa perdeu sua integração sistêmica entre prospecção, exploração, produção, refino e distribuição e adotou a paridade internacional de preços, dolarizando as tarifas de derivados e privilegiando a exportação de óleo cru em detrimento do refino no país.

O esquartejamento da Petrobrás, com a privatizações de refinarias, da BR Distribuidora e dos gasodutos, impõe a importação de derivados que só beneficia 390 empresas importadoras e acionistas minoritários, favorecidos pela dolarização dos preços que asseguram lucros e dividendos.

No caso do petróleo, o valor do barril no mercado futuro chegou a atingir US$ 118 pela primeira vez desde fevereiro de 2013. Com tal escalada do preço, importadoras e acionistas privados da Petrobrás já pressionam por um novo reajuste dos combustíveis no Brasil, com os argumentos de que o produto está há 50 dias sem aumento. Reclamam que os valores do diesel e da gasolina nas refinarias atingiram defasagem de 25% ante a paridade de importação.

A pressão ocorre quando a Petrobrás tem lucro de R$ 106 bilhões, distribuindo R$ 101,4 bilhões em dividendos a acionistas. Isso tudo poderá acelerar ainda mais a inflação de dois dígitos, penalizando as famílias brasileiras com o aumento do custo de vida. A pressão inflacionária tende a ser forte, porque impacta toda estrutura de transportes da economia.

Para agravar a conjuntura, o mundo acompanha a escalada do preço do trigo e de outras commodities. Rússia e a

Ucrânia juntas representaram quase 29% das exportações globais de trigo no ano passado. Com a guerra, o preço desse produto subiu 8,91% – maior valor em 13 anos –, no início da semana passada. O aumento vai chegar no preço final de pães e massas.

Tudo aponta para a aceleração da inflação, com consequente aumento da taxa de juros, o que vai prejudicar a debilitada economia brasileira, que está tentando sair de um cenário de recessão prolongada para a estagnação projetada. O tempo da guerra e das medidas econômicas de retaliação vão determinar a extensão do dano.

Mas, como disse Lula, em visita ao México, onde teve uma calorosa recepção do presidente Andrés Manuel Lopes Obrador, além de ter sido convidado de honra da Câmara e Senado e fortemente saudado pelos líderes de todos os partidos mexicanos, o mundo precisa de comida, de emprego, de educação, e não de guerra.

O clamor é para que as lideranças mundiais envolvidas no conflito entre Rússia e Ucrânia larguem as armas e resolvam as divergências com diálogo e negociação. Essa é um das diferenças fundamentais entre um estadista e um bravateiro piloto de jet-ski, que tira férias e cuja única medida anunciada foi zerar os impostos de importação do próprio brinquedo. •

"BOLSONARO DEIXOU AS MULHERES AO RELENTO. MAS ISSO VAI MUDAR"

A ex-presidenta tem uma percepção muito aguda sobre os desafios que se impõem ao país para sair do poço de regressão na luta emancipatória e do abismo social. Ela diz que, apesar das promessas e das verbas do governo Bolsonaro, dificilmente ele conseguirá enganar a população, principalmente as mulheres, alvo de toda sorte de ataques e da visão misógina do presidente

Alberto Cantalice e
Pedro Camarão

O machismo e o patriarcalismo são marcas que moldaram a sociedade brasileira ao longo dos séculos. Romper com essa lógica é um desafio que depende em grande parte da militância e da participação das mulheres na política. Essa é a opinião de Dilma Rousseff, a primeira presidenta da República do Brasil.

A análise se encaixa perfeitamente com as características brasileiras. De acordo com o IBGE, as mulheres são 51,8% da população brasileira, mas a representatividade na política ainda é muito baixa. Elas ocupam apenas 12% dos cargos eletivos de prefeitas e apenas 16% das cadeiras legislativas municipais. A porcentagem de líderes eleitas para os legislativos estaduais e para o Congresso é semelhante.

Economista de formação, militante do movimento feminista desde os anos 70, Dilma considera que o combate à violência contra a mulher é fundamental e precisa ser ampliado. E lembra que foi a luta das mulheres que impulsionaou a aprovação das leis Maria da Penha e do Feminicídio, apontadas pela ex-presidenta como importantes para libertar as mulheres, sempre tratadas como objetos dentro da esfera familiar.

"O marido ou o pai sempre tiveram direito sobre a vida e a morte das mulheres", denuncia. As leis mencionadas foram aprovadas há menos de 20 anos. Dilma diz que o caminho é longo, mas precisa da política para evoluir.

Nesta entrevista, Dilma detalha o quanto Temer e Bolsonaro provocaram prejuízos para as mulheres brasileiras, paralisando ou desmontando políticas públicas que garantiam direitos e acesso a oportunidades.

Focus Brasil – A gente vive num país profundamente marcado pela cultura machista e pela misoginia. A senhora foi a primeira presidenta brasileira e um dos fundamentos do Golpe de 2016 foram essas marcas dessa cultura tóxica. Existe caminho para a transformação do Brasil?

Dilma Rousseff – Vou começar por uma questão mais teórica. Eu acredito que o patriarcalismo, com tudo o que ele implica, de divisão sexual, social ou de gênero social do trabalho, perpassa todas as formações sociais. O patriarcalismo vem desde antes da descoberta do Brasil e aparece junto com as diferentes formas de exploração geral da sociedade. Com a escravidão, você tinha também um forte enraizamento do patriarcalismo. A questão racial era estrutural numa sociedade escravista onde uma parte das pessoas era transformada em coisa e a justificativa era a diferença: as pessoas têm a pele escura. Mas junto com a questão racial que integra a escravidão você tem uma outra questão: como se encarava os escravos.

– A violência de todo o tipo…

– O escravo negro era objeto de uma violência absolutamente inimaginável, nessa violência que se explica pelo fato de existirem os donos dos corpos, usados como força de trabalho dentro das plantações, das atividades na área do café, na extração do ouro, na produção de açúcar e etc. As mulheres nestas circunstâncias, além de estarem submetidas a essa exploração tinha ainda um componente marcadamente sexual na sua opressão. E as mulheres brancas também. Elas não tinham o mesmo nível de violência porque não eram coisas, mas de um ponto de vista muito particular, eram coisas na vida privada. Porque o marido ou o pai tinham direito de vida ou de morte sobre elas.

O que eu quero mostrar é que você tem um modelo patriarcal dentro do escravismo colonial no Brasil. E é a mesma coisa no Primeiro e no Segundo Impé-

rio, na Primeira República e agora quando você está na fase financeirizada, oligopolizada, do capitalismo, o patriarcalismo também se relaciona com as formas diferentes de exploração. E isso se manifesta em vários campos. Por exemplo, a mulher hoje ganha muito menos – [enfatizando] muito menos – pelo mesmo trabalho e está geralmente nas profissões menos valorizadas, predominantemente, dentro do grupo que ganha até dois salários mínimos. Ao mesmo tempo, ela sofre o ódio por ser mulher.

NUMA SOCIEDADE MUITO VIOLENTA COMO A NOSSA, ESCRAVOCATA, TEMOS UMA VIOLÊNCIA ESPECÍFICA CONTRA AS MULHERES

– A violência contra a mulher é pior…

– Numa sociedade muito violenta contra negros, contra homens, temos uma violência específica contra as mulheres, pelo fato de ela ser mulher. Daí vem os crimes de honra, o feminicídio. Eu acredito que tem razão o Jessé [de Souza, sociólogo]. Mesmo no capitalismo neoliberal você tem os ecos da escravidão e os ecos da escravidão no nosso país são muito fortes. Eles significam a diminuição dos pobres, dos negros e também a diminuição da mulher.

– A senhora foi vítima.

– O conceito que mais se aproxima de um instrumento clarificador da situação da mulher é o de misoginia. Misoginia não é uma violência contra a mulher generalizadamente, é uma violência contra a mulher que sai da órbita doméstica e disputa poder na esfera pública. A misoginia afeta mulheres com algum nível de poder.

Aí você pode me perguntar assim: o golpe foi dado só porque você era mulher? Não. O golpe foi dado porque eu representava um projeto. Eu representava uma visão de crescimento da sociedade brasileira, de desenvolvimento, do reconhecimento dos direitos do povo trabalhador deste país e das suas classes desprotegidas. O golpe representou uma cunha contra um projeto de desenvolvimento social, sustentável, soberano e autônomo do nosso país.

– Os ataques em palavras…

– A misoginia no golpe é o uso de uma sintaxe golpista que transforma a mulher nos padrões clássicos. Então, eu sou julgada e condenada por ser mulher. Como? Na criação do ambiente cultural, vamos dizer do caldo de cultura, para dar o golpe. Então, a gente lembra do seguinte: as acusações de "anta", as acusações de "incompetente", das mais variadas de desconstrução da mulher. Eles utilizaram processos semelhantes contra o presidente Lula, só que no caso do Lula era por ele ser trabalhador. Então, todo o preconceito que existe contra um trabalhador... antes de o Lula se projetar nacional e internacionalmente, consideravam o Lula incapaz… Depois, passaram a lhe atribuir outras falhas, passaram a usar outra sintaxe. Como, por exemplo, a da Lava Jato.

– Ainda houve o papel da mídia.

– A misoginia correu forte no golpe e há estudos disso. Tem um intelectual holandês, Teun Van Dijk, que faz uma análise sobre a imprensa, assim como a Letícia Sallorenzo. Ambos fazem análises sobre como houve uma construção misógina para se chegar a um Golpe de Estado. E isso é algo importante de se entender porque você vê isso sendo construído também com relação a lideranças femininas, como Bolsonaro fez com a Maria do Rosário. Disse que não era digna nem de ser estuprada.

Roberto Stuckert Filho

– Ocorreu com vereadoras negras.
– A mulher negra fazendo política é objeto de um nível de violência misógina que ultrapassa todos os limites. E por que isso? No Brasil, a desigualdade tem um componente estrutural que é a grande maioria da sociedade, aqueles que são pobres, destituídos, essa multidão que ganha até dois salários mínimos. Segundo, é negro e negra. É só a gente lembrar da juventude negra que sofre um nível de violência, de assassinato e extermínio que é absolutamente inaceitável. É mulher, negra e pobre. Não que os homens negros e pobres ou os brancos e pobres ou as mulheres brancas... mas você tem indícios muitos fortes. A PNAD, se eu não me engano, do 3º trimestre de 2020 ou 2021 mostra que dado um rendimento médio, as mulheres indígenas ganham pior. As mulheres pretas e pardas ganham até 70% do rendimento médio. Esses dados são recentes, já da transformação produzida pelos governos Temer e Bolsonaro. Isso é pós-golpe. É o reflexo mais terrível.

– Sua luta ajudou a jogar luz sobre a misoginia. A rejeição ao Bolsonaro é maior entre as mulheres. Outro dia num supermercado, uma senhora falou não dá para comprar carne. E lembrou: era só tirar a Dilma e a coisa iria melhorar. E piorou.
– Está no imaginário coletivo [a misoginia] porque a minha condição de mulher foi muito usada para tentar atingir as nossas políticas. Por exemplo, na questão dos preços dos combustíveis. Diziam: "Ela está completamente louca e errada porque quer que os preços dos combustíveis fiquem estáveis". Era assim que se tratava a questã na mídia. Deram o golpe, e no dia seguinte, criaram a política de paridade de preços de importação. Órgãos de imprensa como a Globo faziam uma pressão fortíssima para que atrelássemos o preço dos combustíveis ao mercado internacional de petróleo. Por que isso? Porque queriam, apesar de o governo brasileiro ser dono da maior parte da Petrobrás, de 80% do preço dos combustíveis serem

formados no Brasil, apesar de tudo isso, queriam atrelar o preço. Bolsonaro e Temer deixaram claro a catástrofe que é colocar o preço do gás natural em R$ 120. E, agora, a partir da guerra na Ucrânia, vai ocorrer uma elevação do patamar de preços. Isso significa que vai explodir o preço da gasolina e do gás de cozinha. Ora, esse foi um dos motivos do golpe, colocar uma parte da Petrobrás nas mãos dos interesses dos mercados financeiros internacionais. Isso foi um dos álibis do golpe.

A CADA DIA FICA MAIS CLARO O DESCOMPROMISSO DO GOVERNO BOLSONARO COM A QUESTÃO DA MULHER. E O DESPREZO PELA VIDA DO POVO

– São retrocessos variados.

– O que conquistamos não foi pouco. Desde o governo Lula, conseguimos sair do Mapa da Fome da ONU. As Nações Unidas reconheceram essa conquista alcançada por nós, junto com a China e a Indonésia. Antes, 14,8% da nossa população passava fome. Chegamos a ficar abaixo de 1%. Hoje, temos 19 milhões de pessoas passando fome. Esse é um processo que tem a ver também com as mulheres porque se você olhar os dados de quem faz a pesquisa da fome verá que mulher, pobre e desempregada é, fundamentalmente, a chefe de família que tem a sua família em situação de fome.

– Há um desprezo do governo com as mulheres.

– Ficou e fica cada vez mais claro o descompromisso do governo com a questão da mulher e isso nos leva ao que é mais terrível: o absoluto desprezo pela vida por parte desse governo. Ele levou a mais de 650 mil

mortes. Esse é um processo que nós não podemos esquecer e nem normalizar. Também atingiu as mulheres e elas estavam na linha de frente, as enfermeiras ou cuidadoras, as caixas dos supermercados, as atendentes de farmácia, é o tipo da ocupação que tornou a mulher muito vulnerável. Fora a inflação.

– As mulheres sentem da carestia.

– É. A questão da inflação a mulher sente muito. Geralmente, é ela a responsável pelas compras diárias para alimentar a família. Essa senhora que falou isso no supermercado, que você mencionou, mostra a visão de que não tem mais como comer carne todos os dias. É uma situação humilhante para qualquer um que tenha compromisso com a cidadania e a nacionalidade: as filas por ossos, por carcaças, nos açougues. Há um clima no Brasil de grande consciência a respeito do que está acontecendo.

– Apesar de todas as marcas deixadas pelo período em que o golpe foi construído, o atual governo tenta mascarar a precarização e diminuir a rejeição. A máquina pública tem esse poder?

– Estamos em março e a eleição é em outubro. Então, temos sete, oito meses para que um programa desses ocorra e modifique a mente das pessoas. Mas há dois problemas: primeiro, há uma suposição de que brasileiros e brasileiras sejam manipuláveis a esse ponto. Ou seja, ao longo do governo, ele nada fez. Está tudo pior. Vamos falar do crédito. Durante o pior momento, o fechamento de tudo provocado pela Covid, ele olhou placidamente para os pequenos e microempreendedores, dos quais a grande maioria são mulheres. Ele as deixou ao relento. E interrompeu um programa muito importante: o Crescer, microcrédito produtivo orientado. Nós disponibilizamos ao longo do nosso governo R$ 16,8 bilhões em crédito. O empréstimo médio era de R$ 1.350. Pode parecer pouco, mas era a diferença entre investir no negócio ou não. Os juros eram de 5% ao ano, ou 0,4% ao

mês. Nesse processo, em torno de 62% das operações de crédito foram por mulheres. Repito: 62%. Eles acabaram com isso. Como vão explicar que nos últimos seis anos um programa que estava em andamento foi interrompido?

– Tem o Minha Casa, Minha Vida.

– Entre os titulares, donos das moradias, 54,2% eram mulheres. O programa foi transformado durante um período em "Minha Mansão, Minha Vida". Ou seja, não emprestavam para os mais pobres. A população de renda mais baixa atendida pelo programa, em que 92,2% eram mulheres, não teve acesso a financiamento para a casa própria. Eles interromperam tudo e agora todos os programas duram até a eleição. Esse é um problema. Vão dizer para as pessoas: "olha, eu te garanto até a eleição. Depois você se vire. Se endivide e se vire".

HÁ UMA SUPOSIÇÃO DE QUE BRASILEIROS E BRASILEIRAS SEJAM MANIPULÁVEIS. AO LONGO DO GOVERNO, ELE NADA FEZ

– As crianças também foram vítimas do descaso.

– Entregamos 3.088 creches. Não éramos nós que fazíamos, tínhamos uma visão importantíssima de parceria com os municípios. Passávamos os recursos aos municípios, respeitamos o pacto federativo. Essas 3.088 creches foram concluídas até 2015. E aprovamos e destinamos dinheiro para 8.688 unidades. O que aconteceu com elas? Foram interrompidas. Não se deu continuidade a esse programa. Tem toda uma série de atividades que vimos serem reduzidas. Por exemplo, o Pronatec. Ele tinha o obje-

tivo de assegurar que as pessoas tivessem alternativa para ter um trabalho mais bem remunerado, mais especializado. Eles acabaram com o programa. Mas sabe quantas das pessoas que procuraram o Pronatec eram mulheres? 59%. E ainda teve o caso do acesso às universidades. Eles não conseguiram fazer girar as dívidas do Fies, um processo que em todo o mundo ocorre quando se trata de crédito educacional. Pois bem, 58% dos contratos de financiamento para a pessoa estudar em faculdades pagas eram de mulheres. E vou falar do caso que mais me dói, que é a Proposta de Emenda Constitucional que nós aprovamos das empregadas domésticas. Elas eram o único segmento das profissões e atividades do Brasil não contempladas com a CLT. Incluímos as domésticas na CLT. Passaram a ter previdência, formalização do trabalho e direitos básicos, como 13º, férias, horas extras, respeito a uma certa jornada de trabalho. Aprovamos, foi muito difícil. Quero até mencionar a importância da Benedita da Silva, ex-governadora e deputada federal, nesse processo. Nós conquistamos, mas o que aconteceu? Vem o Temer e faz a reforma trabalhista. Ele provoca uma volta atrás sistêmica.

– Um retrocesso enorme.

– Tínhamos avançado incluindo os últimos que não estavam e eles vêm e retiram esses direitos e instauram a precariedade do trabalho. Estamos vendo que isso fez proliferar a desocupação, a subocupação, a informalidade e, pra não dizer, a ilegalidade no mercado de trabalho. Isso afeta também, fundamentalmente, as domésticas. No meu período, em torno de 33% das trabalhadoras domésticas tinham sido formalizadas, representavam empregos formais no mercado de trabalho. Hoje, isso caiu para um nível estarrecedor que não chega a 25%. Então, há todo um quadro de desmonte que leva, sem sombra de duvidas, há um processo que eu acho que há que se fazer um debate. Essa tentativa, se houver, do gover-

no Bolsonaro de manipular as mulheres, principalmente, procurando reverter um quadro de rejeição e postura crítica, não acredito que as mulheres se deixarão enganar.

– Elas têm noção dos retrocessos.
– Sim. Veja esse processo de idas e vindas que eles fazem tanto no Bolsa-Família quanto no Auxílio Brasil. Tudo tem prazo datado. É igual a remédio que tem data de vencimento. O vencimento é no dia da eleição. Então, não acredito que as pessoas sejam passíveis de manipulação nesse nível depois de tudo o que sofreram. Eu acredito na política também. Acho que vai ter debate, viveremos um processo democrático, acho que é muito importante os Comitês Populares de Luta porque eles vão ter essa capacidade.

– Por quê?
– Uma vez eu vi uma avaliação que é muito importante: o que é se organizar? Os Comitês Populares de Luta são uma forma de organização durante um processo eleitoral. Organizar é poder agir estrategicamente. Organizar é para que a gente possa entender o que está em andamento e agir de acordo no sentido de romper aquilo que se considera desigual, aquilo que se considera opressivo e aquilo que se considera indigno. Essa é uma manipulação indigna.

– Tendo em vista o processo político, o país acabou produzindo divisões e fragmentações na sociedade. Existem parcelas que não se conversam e não se toleram. Há possibilidade da formação de um Congresso com mais mulheres, um pouco mais progressista? Ou vamos acabar com a formação de um Congresso mais conservador?
– Uma das questões mais graves que existem na nossa sociedade quanto à violência e o ódio é a aquelas que recaem sobre a mulher pelo fato dela ser mulher. Duas legislações foram um grande avanço, ambas refletiam não só a decisão do governo, mas o acúmulo dos movimentos de mulheres, das feministas. A pri-

meira a qual me refiro é a Lei Maria da Penha, que é de 2006. A lei tipificou como crime a violência contra a mulher. Rompeu com toda a ideologia de crime de honra que uniu governo, movimentos sociais e Parlamento. Essa foi uma das leis mais avançadas sobre violência contra a mulher. E aconteceu durante o governo Lula. Posteriormente, já no meu governo, fizemos a Lei do Feminicídio, que tornava crime hediondo aquele contra a mulher pelo fato de ela ser mulher, que é o crime de ódio, o mais usual contra a mulher. A violência contra a mulher vai num crescente. Começa com um bullying, depois tem as vozes altas, daí vem os tapas e é seguido por violência maior: estupro e assassinato. A lei foi importante. As mulheres hoje têm um nível de consciência de que para romper com tudo isso, com as questões relativas à violência de gênero, é preciso ter presença nos parlamentos. Eu comecei a resposta pelas duas leis que mencionei porque apesar da sua importância, elas não bastam, mas são essenciais para o avanço.

HÁ UMA SUPOSIÇÃO DE QUE BRASILEIROS E BRASILEIRAS SEJAM MANIPULÁVEIS. AO LONGO DO GOVERNO, ELE NADA FEZ

– E qual é a importância da política para as mulheres?

– Ela é crucial, é estratégica. Ou seja, ou as mulheres aumentam a sua participação... e isso eu acho que é uma consciência das mulheres, agora, não será algo fácil de romper. Veja, foi possível eleger uma presidenta, mas às vezes é muito difícil se eleger uma vereadora. Isso porque no Brasil, desde o Segundo Império o plano federal era mais avançado do que os

regionais e estaduais por causa do controle oligárquico que existia em todas as províncias. Até recentemente, o Brasil tinha oligarquias controlando os estados. Vamos lembrar do velho ACM controlando a Bahia… As mulheres então estão muito mais cerceadas para romper esse espaço de militância política e que é fundamental. Não só eu acho que agora começou a aumentar a quantidade de vereadoras mulheres e negras, vereadoras em geral, mas é insuficientíssimo. Temos um déficit de representação. Espero muito que haja uma modificação este ano. Veja, poucas prefeitas foram eleitas na última eleição e quero aqui me lembrar de duas delas de Minas Gerais, que são fantásticas: em Juiz de Fora, a Margarida Salomão; e em Contagem, Marília Campos. Ambas são mulheres que se formaram na luta política. Quero dizer é que é fundamental ter as mulheres atuando para também governarem. É importante que elas governem. •

ELAS DIZEM: O COISO NUNCA MAIS

Enquanto o governo quebra a cabeça e abre os cofres para tentar amenizar a rejeição a Jair Bolsonaro no eleitorado feminino, as mulheres ganham as ruas mais uma vez em todo o Brasil

Bia Abramo

"E pela vida das mulheres"! Quem quer que já tenha ido a uma manifestação no Dia Internacional de Luta das Mulheres já ouviu essa palavra de ordem que vem como uma onda de força e beleza. De uma simplicidade muito genuína, o slogan diz simplesmente que a violência sexista ameaça mulheres de todas as idades, etnias e nas mais variadas circunstâncias exatamente por serem mulheres. De uma força impressionante, ele avisa ao patriarcado que as mulheres estão juntas para resistir, lutar e avançar em seus direitos.

Nesta terça-feira, 8 de Março, milhares de mulheres em centenas de cidades no Brasil estarão juntas, mais uma vez, para lembrar que a luta continua. Neste ano, o manifesto da Articulação Nacional de Mulheres Bolsonaro Nunca Mais, elaborado e assinado por mais de 40 entidades, organizações e movimentos sociais de mulheres chamando para atos unificados "por um Brasil sem racismo, sem machismo e sem fome" e contra o governo Bolsonaro.

No manifesto, as entidades afirmam uma posição política clara e de combate: "Carregamos o fardo de toda exploração capitalista, patriarcal e racista que nos oprime enquanto mulheres responsáveis pelas famílias, negras, indígenas, quilombolas, LBTs, jovens, idosas e com deficiência (PcDs), nos campos, nas águas, florestas e cidades. Vivemos em um sistema político e econômico que utiliza da exploração da nossa força de trabalho e dos nossos corpos para se sustentar. Produzimos grande parte de toda riqueza do mundo. Somos fundamentais para a reprodução social, através do trabalho doméstico e de cuidados, bem como para aquele considerado produtivo. Ainda assim, somos 70% da população mais pobre do mundo".

Também condena a condução da política genocida do governo brasileiro diante da disseminação do coronavírus, da ineficiência e negacionismo no combate à doença e à lentidão na aquisição de vacinas: "Como denunciado na CPI da Covid, Bolsonaro, aliado a setores da burguesia brasileira, agiu intencionalmente para disseminar o coronavírus ao negar evidências científicas, boicotar políticas de controle da pandemia, incentivar o uso de remédios ineficazes e atrasar a aquisição de vacinas, em uma clara política de extermínio. De forma criminosa, difundiu mentiras para atacar a vacinação infantil e negligenciou as políticas de atendimento às populações indígenas no enfrentamento e combate à Covid-19."

O que os movimentos feministas e as organizações de mulheres também sabem é o que as pesquisas

AFP

eleitorais detectam semana sim, semana não. E essa resistência do eleitorado feminino a Jair Bolsonaro vem causando enorme incômodo no comando da campanha de sua reeleição. Em todas as pesquisas mais recentes, como a do DataPoder, em 2 de março, há diferenças muito significativas de intenção de voto e avaliação do governo quando consideram as diferenças de respostas entre homens e mulheres.

A diferença entre as mulheres que avaliam o governo como ruim ou péssimo, por exemplo, é de 8 pontos percentuais em relação aos homens: 56% das mulheres e 48% dos homens desaprovam o presidente. Na intenção de voto em primeiro turno, 35% dos homens e 28% das mulheres dizem que votarão em Bolsonaro. Ainda que as pesquisas de intenção de voto ainda sejam apenas indicativas de tendências, essa resistência das mulheres a Bolsonaro e ao bolsonarismo vem ainda da campanha de 2018 e vem se aprofundando em seu governo.

O alerta amarelo soou. Na última sexta-feira, 4, às vésperas do #8M2022, Dia Internacional de Luta das Mulheres, a coluna de Carla Araújo, do UOL Economia, informa sobre a contra-ofensiva que Bolsonaro e Paulo Guedes preparam nas próximas semanas.

Segundo a jornalista, serão apresentados novos programas de crédito numa série de cerimônias oficiais que "tem sido chamado entre membros do governo de 'semana ou pacote de bondades'". Exatamente nesta terça, 8 de março, quando estão sendo convocados atos em todo o Brasil contra o governo, será lançado pelo Palácio do Planalto o "programa voltado para o público feminino, batizado de 'Brasil para Elas'".

Elas são as mulheres mais pobres, que tiveram de enfrentar três anos de perda de emprego, renda e direitos trabalhistas, além de doença, morte e luto. São as mulheres que estão na linha de frente dos cuidados, com crianças, idosos e doentes. São as mulheres que têm jornadas duplas, triplas e, ainda, complementam renda com micro e pequenos negócios.

Responsáveis pelo abastecimento doméstico, elas sentiram no bolso o galope inflacionário, que tornou gêneros alimentícios básicos proibitivos para muitas famílias. Com as crianças e adolescentes no ensino remoto, além de terem aumentado as despesas com eletricidade, internet e equipamentos como celulares e computadores, mais uma carga foi imposta às mulheres, que hoje chefiam mais da metade das famílias brasileiras.

Os casos de agressões contra mulheres e de violência doméstica aumentaram em proporções alarmantes. Só na cidade de São Paulo, 34% da população já presenciou ou soube de agressões contra mulheres entre 2020 e 2021, segundo pesquisa da Rede Nossa São Paulo. No mesmo levantamento, 18% disseram saber de conhecimento de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres cometidos por parente próximo ou que convive.

A tudo isso, o governo Bolsonaro responde com indiferença, hipocrisia ou, pior, cortando direitos ou vetando projetos de lei que avançam nos direitos femininos. Em 2021, apesar de aprovado pelo Congresso, o presidente vetou projeto de lei que prevê distribuição de absorventes a 5,6 milhões de mulhe-

res que sofrem de pobreza menstrual, ou seja, não tem dinheiro para comprar absorventes e, por isso, deixam de ir à escola, comparecer em entrevistas de emprego ou ao trabalho.

Em pautas mais complexas, como o direito ao aborto, o bolsonarismo responde com fake news, desinformação e terror. Em 21 de fevereiro, quando os movimentos feministas da Colômbia tiveram enorme vitória, ampliando o direito de interrupção de gravidez até a 24ª semana de gestação, o presidente foi às redes sociais repetir a comparação do direito ao aborto a uma espécie de passe-livre de assassinatos com a "anuência do Estado".

A ministra Damares Alves, suspeita de ter agido para impedir que uma criança de 10 anos, grávida de um tio, interrompesse a gravidez num dos três casos permitidos pela Constituição brasileira em 2020, fez feio na ONU ainda na semana passada, em discurso na abertura do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Uma das duas ministras mulheres que integram o ministério de Bolsonaro, ela ignorou a guerra entre Rússia e Ucrânia para falar das realizações do líder da extrema-direita que "a imprensa tenta esconder". E reiterou a posição retrógrada do bolsonarismo em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, discorrendo sobre medidas do governo de defesa contra o aborto e afirmando que não "há no direito internacional qualquer respaldo para se valer do aborto para planejamento familiar". Além dos disparates, Damares mostra uma ignorância profunda quando associa a interrupção da gravidez ao "planejamento familiar".

O bolsonarismo se firmou num fantasmagórico combate à corrupção, combinado ao pacote chamado de "ideológico" que incluía o ataque generalizado aos avanços nas lutas contra discriminação de gênero e de raça. Além disso, insiste na identificação permanente da esquerda com uma apavorante "dissolução da família e dos valores cristãos", além de todo o bestialógico do forte conservadorismo brasileiro que tinha vergonha de dizer seu nome.

Enquanto não dá para prever o efeito do "pacote de bondades" da dupla Bolsonaro e Guedes, as mulheres vão às ruas em 8 de março defender a vida, a democracia e dar início a uma onda de esperança. •

MARGARIDA BARRETO MORRE AOS 78 ANOS

O movimento das mulheres sofreu uma baixa importante. A médica Margarida Maria Silveira Barreto faleceu na quinta-feira, 3, aos 87 anos, após a luta contra um câncer. Professora e pesquisadora, Margarida foi pioneira nos estudos sobre assédio moral e sexual no país, tendo dedicado sua trajetória às questões relacionadas à saúde no mundo do trabalho, especialmente aos temas ligados à saúde mental e violência.

Seu trabalho de pesquisa e divulgação é considerado pelo movimento feminista um marco por ter organizado e incluído na pauta trabalhista os aspectos subjetivos do sofrimento psíquico causado pelas relações laborais, especialmente no tocante às mulheres.

Ela é apontada como pioneira no estudo e enfrentamento do assédio sexual no trabalho e na inserção do tema na pauta sindical brasileira. Para Margarida Barreto, "o descaso com a saúde do trabalhador é comparável a um homicídio culposo corporativo".

Ela estava atuando como professora de pós-graduação em Medicina do Trabalho na Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo. E também integrava o NAPP Mulher, da Fundação Perseu Abramo. •

AFP

A LUTA DAS MULHERES

Neste 8 de março,as mulheres no Brasil convocam a todas as pessoas e todos os movimentos a lutarem Pela Vida das Mulheres, Bolsonaro Nunca Mais. É hora de elegermos Lula presidente

Vera Soares, Eleonora Menicucci, Magda Biavaschi e Maia Aguilera

Oito de março é o dia internacional de luta das mulheres. É um tempo de comemorar conquistas, reafirmar as pautas de luta, relembrar a origem e dialogar com as mulheres de todo o mundo, manifestando solidariedade. A data simboliza a busca da igualdade, de uma sociedade mais justa e igualitária.

Oito de março abre o calendário de lutas das mulheres brasileiras. E este é um ano decisivo para as mulheres e os movimentos populares. Um ano de lutas, em que continuaremos a dizer não à pauta neoliberal, ao autoritarismo e ao negacionismo. É um ano para, em um campo em disputa, afirmar-

mos como é o país em que queremos viver.

Nessa disputa, é fundamental elegermos um governo pautado por outro projeto de país que não tenha a desigualdade e a violência como elementos fundantes. É hora de elegermos Lula presidente e uma bancada forte no Parlamento que se apoie em um projeto popular, feminista, antirracista e que radicalize a democracia.

As mulheres, organizadas nos movimentos feministas, nos movimentos populares, têm sido as principais protagonistas das lutas de resistência à barbárie dos tempos atuais, assim como foram na luta contra a ditadura civil militar, entre 1964 e 1978.

Posicionam-se firmemente contra o atual modelo econômico, social e político em andamento, uma fase do capitalismo patriarcal e racista. Em 2015, a Marcha das Margaridas já denunciava a ameaça do golpe burguês, capitalista e misógino que a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, viria a sofrer em 2016. O golpe foi e persiste como ameaça à democracia e à vida das mulheres, contra o qual seguem em luta.

As mulheres se posicionaram contra a eleição de Bolsonaro, fizeram forte manifestação naquele ELE NÃO, pois já percebiam o grave risco de retrocesso de tudo o quanto haviam conquistado nos governos Lula e Dilma, compreendendo o caráter retrógrado, conservador e inimigo da classe trabalhadora, das mulheres, das pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ representada pelo candidato da ultra-direita.

Esse posicionamento ficou expresso na votação das mulheres nas eleições de 2018, bem como na avaliação que fazem ao governo Bolsonaro, rejeitando-o por ampla maioria. No cotidiano de suas vidas, as mulheres sabem o significado do desmonte das políticas públicas, consolidadas pelos governos Lula e Dilma.

As mulheres estão na frente das lutas pela liberdade e pela democracia, contra as desigualdades,

a guerra, as políticas neoliberais, a violência policial cotidiana e intolerável que mata seus filhos. Posicionam-se na luta contra o racismo e o genocídio dos povos negros e indígenas, defendendo seus territórios, sua cultura e seus modos de vida. Defendem a autonomia sobre seus corpos, exigem uma vida sem violência.

Neste 8 de março, as mulheres do Brasil juntam-se às irmãs da América Latina, comemorando a ampliação da conquista do direito de interromper uma gravidez indesejada, aprovado pela Suprema Corte da Colômbia, no último 21 de fevereiro, e que veio a se somar às conquistas anteriores, na Argentina, em 2020, no México, em 2021, e no Uruguai, em 2012.

E enquanto nossos vizinhos na América Latina avançam no tema, no Brasil o desafio ainda é evitar retrocessos e manter a luta para ampliar conquistas.

A principal referência histórica das origens do Dia Internacional das Mulheres é a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em 1910, em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin e outras militantes apresentaram a resolução para instituir oficialmente o Dia Internacional das Mulheres, mas sem definição de data. A partir daí, as comemorações começaram a ter caráter internacional, expandindo-se pela Europa a partir da organização e iniciativa das mulheres socialistas.

Antes de 1910, já se comemorava um dia de luta das mulheres, especialmente nos Estados Unidos. Mas foi somente em 1922 que o dia 8 de março passou a ser comemorado unificadamente, em referência à luta travada pelas mulheres na cidade de São Petersburgo, na Rússia, quando, em fevereiro de 1917, tomaram as ruas. Eram manifestações contra a guerra, a fome, a escassez de alimentos. Ao mesmo tempo, operárias do setor têxtil entraram em greve. Essas manifestações cresceram, envolveram outros grupos e deram início à Revolução Russa.

Nos anos posteriores a 1970, esse dia passou, erroneamente, a ser associado a um incêndio que ocorrera em Nova Iorque em 1911. O que fica evidenciado, a partir de diversas pesquisas das fontes históricas, é que a referência à greve de trabalhadoras americanas, ou às manifestações de mulheres, ou a um incêndio com grande número de mulheres mortas como motivação para a criação de um dia da mulher não aparecem registradas nas diversas fontes do período. Uma das pesquisadoras, Renée Côté, publicou em 1984, no Canadá, instigante pesquisa em busca dos elos perdidos da história do Dia Internacional das Mulheres.

Neste 8 de março de 2022 as mulheres no Brasil convocam a todas as pessoas e todos os movimentos a lutarem Pela Vida das Mulheres, Bolsonaro Nunca Mais, contra o machismo, contra o racismo e a LGBTQIA+fobia, pelo combate à fome, em resposta às necessidades concretas do nosso povo: comida, terra, água, serviços públicos, direito de existir sem violência. Essas lutas são parte da disputa pelo outro modelo de sociedade que queremos. •

Integrantes do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas Mulher (Napp-Mulher), da Fundação Perseu Abramo.

AFP

DIREITO AO VOTO. O PRIMEIRO PASSO

A participação política das mulheres começou há 90 anos. Naquela época, a cúpula do Judiciário considerava ridícula a ideia de uma mulher comandar os destinos da Nação. Eis o espírito da cultura patriarcal que ainda existe no país. A luta das mulheres permanece dura, mas é decisiva para a construção – com Lula – do Brasil que todas queremos, que contemple a diversidade, a igualdade de gênero e a Justiça Social

Anne Moura *

O Brasil completa 90 anos da garantia de direito ao voto feminino. Ao contrário do que a efeméride evoca, não foi um acesso pleno. O Código Eleitoral de 1932, que permitiu pela primeira vez o

voto feminino, ainda fazia recortes de condição marital, classe – e, consequentemente, de raça – para permitir que a cidadã votasse – além de não exigir a obrigatoriedade.

Já imaginou o que uma mulher deveria enfrentar dentro e fora de casa para exercer o direito de votar, quase um século atrás, no Brasil?

As lutas do movimento feminista pelo sufrágio universal demonstram que, quando se trata de avançar na igualdade de gênero, só é possível fazê-la acompanhada do combate à desigualdade social.

Se num primeiro momento, o direito ao voto feminino estava restrito a uma classe social e a uma raça específica, as mulheres não pararam de lutar para que esse direito fosse estendido a todas. Um processo que se estendeu por mais de quatro décadas.

Acompanhada do direito ao voto, o Código Eleitoral de 1932 também previu uma outra conquista importante: o direito de ser candidata.

Hoje, o PT já elegeu a primeira presidenta da história, conta com dez deputadas federais na Câmara Federal e quase 600 vereadoras eleitas em todo país. Há 90 anos, essa ideia incomodava bastante membros do Judiciário, como o então ministro do STF Antônio Bento de Faria, que declarou:

"Ao direito de voto corresponde o de ser votado, mas seria de um ridículo incomensurável tornar acessível à mulher a chefia suprema da Nação, permitindo-lhe a possibilidade de assumir a direção suprema das forças de terra e mar!!!"

Mal sabia ele que não só uma mulher viria a chefiar a Nação, como ainda pertenceria a um partido de trabalhadores e trabalhadoras, defensor da população mais pobre e vulnerável.

Destarte, o voto feminino foi uma conquista estratégica para o movimento feminista, diante de uma sociedade racista e machista como a brasileira. No entanto, quando se trata de desigualdade

de gênero nas estruturas de poder, o direito ao voto é o primeiro passo. Prova disso é o baixo número de mulheres nos espaços políticos, mesmo compondo mais da metade da população.

Na Câmara Federal, as mulheres ocupam apenas 15% dos assentos. No Senado, são 12%. O Brasil ocupa a posição 140 no que se refere à participação política feminina, em um ranking de 192 países. Em nível municipal, 900 cidades não tiveram sequer uma vereadora eleita nas eleições de 2020.

O BRASIL OCUPA A POSIÇÃO NÚMERO 140 NO QUE SE REFERE À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA, EM UM RANKING DE 192 PAÍSES. É MUITO BAIXA

Na América Latina, estamos acima apenas de Paraguai e Haiti, perdendo para todas as outras nações. No Afeganistão, um país que costumamos identificar pelas violações dos direitos das mulheres, até a invasão do Talibã, o parlamento tinha 27% de composição feminina – mais do que aqui.

A cultura patriarcal e a sobreposição das opressões voltadas às mulheres impedem que elas sequer cogitem a possibilidade de ser candidatas. Já naquela época, os jornais destrinchavam motivos e mais motivos para negar o direito às mulheres como o "perigo da desagregação da família", "a degradação da figura da mulher". E para aquelas que ousavam exercer o direito garantido por lei, imputavam a pecha de "maria-homem" e outros adjetivos desqualificadores, conforme aponta pesquisa de Mônica Karawejczyk, professora da PUC-RS. Nada muito diferente de hoje, com formatação de machismo atualizado para o século

21.

Portanto, ampliar a participação feminina, combater a violência política de gênero, garantir cotas, políticas públicas na ponta e transformar a cultura patriarcal são demandas que acompanham e avança na luta pelo direito ao voto – causas que o movimento feminista não abriu e não abre mão ao longo de sua história.

Isso acontece porque há um aspecto profundo na compreensão da importância da participação das mulheres na política, que deve ser sempre ressaltado. Não se trata apenas da disputa do espaço pelo espaço, mas também pelo projeto de país que as mulheres carregam quando ocupam esses espaços. Afinal as pautas feministas não beneficiam apenas as mulheres, mas todo o conjunto da sociedade.

Por isso que, quando se fala em diálogos para reconstruir o Brasil, não é possível fazê-los sem estar profundamente conectado às demandas e à participação das mulheres – abrangendo as suas diversidades: negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, da cidade, das águas e da floresta.

Em 2022, nós, mulheres, estaremos unidas e de pé na defesa de um projeto de Brasil que contemple a diversidade, a igualdade de gênero e a justiça social, com Lula presidente – e por mais mulheres ocupando espaços na política. •

Secretária Nacional de Mulheres do PT

Centrais e sindicatos realizam em abril a 3ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras que vai definir uma pauta de luta em defesa do emprego, trabalho e renda. E coloca no centro da luta a derrota de Jair Bolsonaro e da agenda neoliberal em outubro. As entidades estão fechadas com a candidatura presidencial de Lula

Isaías Dalle

As centrais sindicais brasileiras anunciam a realização da 3ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) em abril, com o objetivo de redigir um documento com propostas emergenciais e de médio e longo prazos para a saída da crise em que o país se encontra. Inicial-

mente marcado para 7 de abril, o encontro receberá o nome de Conclat em uma referência à reunião ocorrida em agosto de 1981, na cidade de Praia Grande (SP), marco histórico da reorganização sindical pós-ditadura que ocorria naquele período.

Quarenta e dois anos depois, a Conclat 2022 pretende selar a unidade programática e de ação em torno, em primeiro lugar, da derrota eleitoral da extrema-direita no plano federal, representada pela candidatura do presidente Jair Bolsonaro, e também no Legislativo e governos estaduais. Numa perspectiva mais duradoura, o que o movimento sindical quer é voltar a incidir mais efetivamente, e com unidade, na construção de um projeto de desenvolvimento nacional que coloque emprego e renda como valores fundamentais.

As centrais sindicais afirmam que esse documento que a Conclat vai divulgar, cujo nome deve ser Pauta da Classe Trabalhadora, será curto e vai conter propostas voltadas ao combate às desigualdades sociais. O lema do encontro é "Empregos, Direitos, Democracia e Vida".

Em virtude da pandemia de Covid-19, ainda não debelada, o encontro provavelmente acontecerá em formato híbrido, presencial e virtual. Em 2010, como parte da campanha em favor da eleição de Dilma Rousseff, as centrais realizaram, em junho, uma assembleia no estádio do Pacaembu, na capital paulista. Por conta daquela reunião, a edição de 2022 está sendo considerada a 3ª Conclat.

A pauta apresentada pela Conclat será divulgada país afora pelos sindicatos filiados às centrais, por meio de assembleias, encontros e panfletagens nas ruas e locais de trabalho. Consoante com a época, a panfletagem virtual será outra ferramenta. Os sindicatos também têm sido estimulados pelas centrais a constituírem comitês de luta, como esforço de resistência e propaganda nas eleições deste ano e no período que se seguirá.

As 12 centrais que organizam a Conclat – CUT, For-

ça Sindical, UGT, CTB, CSB, Nova Central Sindical, Intersindical Central, CSP Conlutas, Intersindical IL e Pública – entendem que não há possibilidades de ganho para a classe trabalhadora e empregos sem a derrota de Bolsonaro nas próximas eleições.

Caso o atual presidente seja derrotado nas urnas, em outubro, o movimento sindical acredita que poderá passar, então, a propor mudanças estruturais para um ciclo longo de desenvolvimento econômico e social sustentável, para o mercado de trabalho e para si mesmo. A maioria das centrais fechou posição a favor da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"A Conclat é necessária diante da gravidade da situação por que passa o país e sua população", afirma Sérgio Nobre, presidente nacional da CUT. "Vamos propor algumas medidas que precisam ser adotadas por um novo governo logo após a eleição".

Entre as medidas, Nobre cita a retomada de uma política de valorização permanente do salário mínimo, a instituição de um "verdadeiro" mecanismo de renda mínima, permanente e estruturado, e uma nova legislação trabalhista que amplie a proteção social, em lugar da retirada de direitos que tem sido executada desde a deforma trabalhista implementada em 2017. "Temos que acabar com essa ideia de que para gerar emprego é preciso desfazer os direitos e as políticas públicas", explica o sindicalista.

Para as centrais, a legislação protetiva deve ser estendida a todas as categorias, incluindo os informais, além daqueles que trabalham por conta própria, ou prestam serviços via aplicativos, bem como as trabalhadoras domésticas. "Entendemos que é essencial promover a formalização do mercado de trabalho", aponta Nobre.

Ele diz que não se quer a simples a revogação da legislação de 2017 – a famigerada reforma trabalhista imposta por Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional, que ampliou a precariedade das relações de trabalho. A CUT defende que não

se trata de trazer de volta a CLT, pouco adequada à realidade do mundo do trabalho contemporâneo. "Precisamos de uma reforma nova", defende.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, diz que a Conclat é o coroamento da unidade das centrais, processo que vem sendo construído desde as Marchas Nacionais do Salário Mínimo, iniciadas em 2004. O movimento resultou em aumentos reais e reajuste da tabela do imposto de renda, ano a ano. Ele lembra que as centrais lutaram ainda pela formulação da política permanente de valorização do piso nacional, enviada pelo governo Lula ao Congresso em 2008 e não renovada após o Golpe de 2016.

"Mas nosso objetivo principal para este ano é tirar esse desgoverno que está aí. Não é possível viver num país sem esperança. Vamos fazer de tudo para eleger Lula", diz Miguel Torres. Para ele, os próximos passos serão no sentido de elaborar propostas de um projeto de desenvolvimento sustentável.

O presidente da UGT, Ricardo Patah, concorda: "A Conclat é a oportunidade máxima para reavermos os direitos que os trabalhadores perderam com as infames reformas trabalhistas de Temer e Bolsonaro". O sindicalista Adilson Araújo, presidente da CTB, lembra que a realização da Conclat já havia sido proposta por resolução política do mais recente congresso da central, ainda no ano passado.

"Tudo o que o povo reivindica é uma vida melhor, e nossa expectativa é que a Conclat galvanize isso", diz o líder sindical. "Emprego e salário dependem de um projeto de desenvolvimento, com o Estado trabalhando como indutor do investimento", completa. O secretário-geral da Intersindical, Edson Carneiro Índio, aponta que o objetivo é ajudar o país a encontrar um projeto de desenvolvimento que leve ao pleno emprego, à soberania nacional e ao combate às desigualdades. "Queremos começar um novo ciclo com esperança", aponta.

As centrais e os sindicatos sofreram duros reveses

desde 2016, com a legislação esvaziando o papel da negociação coletiva. A mudança na legislação trabalhista permitiu a interrupção dos efeitos de convenções e acordos coletivos quando não substituídos por novos. Isso vem eliminando vínculos empregatícios que favoreciam a sindicalização, entre outros ataques à organização dos trabalhadores. •

Ricardo Stuckert

COOPERAÇÃO Com López Obrador, Lula tratou do conflito e da urgência do diálogo em tempos de guerra

NO MÉXICO, LULA É RECEBIDO COMO CHEFE DE ESTADO

Ex-presidente se encontra com López Obrador, com quem tratou da crise mundial e da participação da América Latina na construção da paz e de um mundo multipolar e equilibrado. Ele também teve encontros com dirigentes do Morena e senadores

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua mantendo inalterado seu prestígio político e respeito na comunidade internacional. Na quarta-feira, 2, ele foi recebido pelo presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, no Palácio Nacional, na Cidade do México, para um café da manhã e reunião que durou mais de três horas.

Eles trataram da crise mundial, incluindo o conflito na Europa, ressaltando a importância do diálogo paz e destacaram a participação da América Latina na construção da paz e de um mundo multipolar e equilibrado. Após o encontro, em conferência de imprensa, o líder brasileiro fez um apelo pelo fim da guerra na Ucrânia: "baixem as armas".

López Obrador reforçou a posição de Lula. "Não cruzaremos os braços diante de ameaças de dominação", disse. "Não podemos ficar de braços cruzados, quando há um crescimento excessivo de uma região do mundo, que pode se tornar uma ameaça de dominação. Não queremos hegemonia, nem no econômico, nem no político, e muito menos na guerra". "O mundo precisa que mais de 900 milhões de pessoas que passam fome possam comer, e não de guerra", disse o ex-presidente.

No encontro, os dois líderes políticos falaram também sobre o potencial de ampliação e aprofundamento das relações entre Brasil e México. Eles ainda trocaram impressões sobre programas sociais de combate à pobreza nos dois países e seus impactos positivos na economia. Ao final do encontro, o anfitrião levou Lula e a comitiva para conhecerem os murais do Palácio Nacional do México, pintados pelo célebre artista mexicano Diego Rivera.

Também estiveram presentes na reunião com o chefe de Estado mexicano, a presidenta do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, o ex-ministro Celso Amorim, o presidente da Fundação Perseu Abramo, Aloizio Mercadante, e o senador Humberto Costa (PT-PE).

A imprensa mexicana destacou os elogios de Lula ao presidente: "Andrés Manuel López Obrador é um presente para o México, disse o brasileiro. "Um homem como ele não nasce todos os dias". López Obrador retribuiu: "A luta por igualdade e justiça nos une".

O jornal *Milenio* noticiou que Lula chorou diante de senadores mexicanos ao relembrar um episódio ocorrido em encontro do G8. Ele chegou às lágrimas ao falar sobre favorecer a luta contra as mudanças climáticas e preferir energias limpas, revelou o senador Miguel Ángel Mancera. "Ele nos disse: 'Quantos dos que estão aqui passaram fome, souberam da necessidade de um trabalhador'. Tudo isso lhe deu coragem para entrar, falar com mais força e, sim, isso o levou às lágrimas", disse Mancera.

A presidenta do PT fez um pronunciamento na Câmara dos Deputados do México. Ela participou da 2ª Assembleia Ordinária da Associação dos Legisladores do Morena e partidos aliados. Gleisi agradeceu ao México e seu povo pela solidariedade com que sempre acolheram os exilados e os perseguidos do mundo, especialmente os brasileiros. "Foram muitos os que encontraram aqui o refúgio contra a opressão, e por isso seremos eternamente gratos", declarou. •

STF SUSPENDE A ÚLTIMA AÇÃO CONTRA O PETISTA

A ação penal movida pelo MPF contra o líder petista, acusado de tráfico de influência na compra de aviões suecos da Gripen, foi suspensa por Ricardo Lewandoski

Demorou, mas a última ação movida contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal. Na quarta-feira, o ministro Ricardo Lewandowski suspendeu a ação penal referente ao caso dos jatos Gripen. A decisão do tribunal acolheu os elementos apresentados pela defesa do ex-presidente e reconheceu que a ação penal fazia parte do Plano Lula", engendrado por integrantes da extinta Lava Jato. "Foi mais uma prova do intenso Lawfare de que Lula foi vítima", apontaram os advogados de defesa Cristiano Zanin e Valeska Teixeira Martins.

Na ação, diversas autoridades civis e militares, ex-ministros de Estado e a ex-presidenta Dilma Rousseff já haviam prestado depoimento esclarecendo

que a decisão do Brasil de adquirir os caças suecos não teve qualquer intervenção de Lula. A recomendação para a compra das aeronaves foi das Forças Armadas, por meio da Aeronáutica, em um parecer de 30 mil páginas.

O jornalista Reinaldo Azevedo comentou. "O calvário judicial do ex-presidente Lula chega ao fim. Não promoveu baderna. Não ameaçou desrespeitar ordem judicial. Não saiu por aí a atacar o Judiciário, apesar das aberrações de que foi vítima", escreveu no UOL. "ELe foi alvo de, atenção!, 17 investigações entre inquéritos e ações penais. Acrescentando-se um PIC (Procedimento Investigatório Criminal) do Ministério Público, somam-se 18 iniciativas. Sabem quantas restam agora? Nenhuma! Acabou". •

Arte de Olímpio sobre foto de Ricardo Stuckert

LULA É O PREFERIDO NA MASSA

Rejeição a Jair Bolsonaro é bem mais alta entre quem ganha até R$ 2.424 – a maioria do povo. Segundo a Quaest, a avaliação negativa do governo subiu neste segmento de 52% para 57%

Jordana Dias Pereira

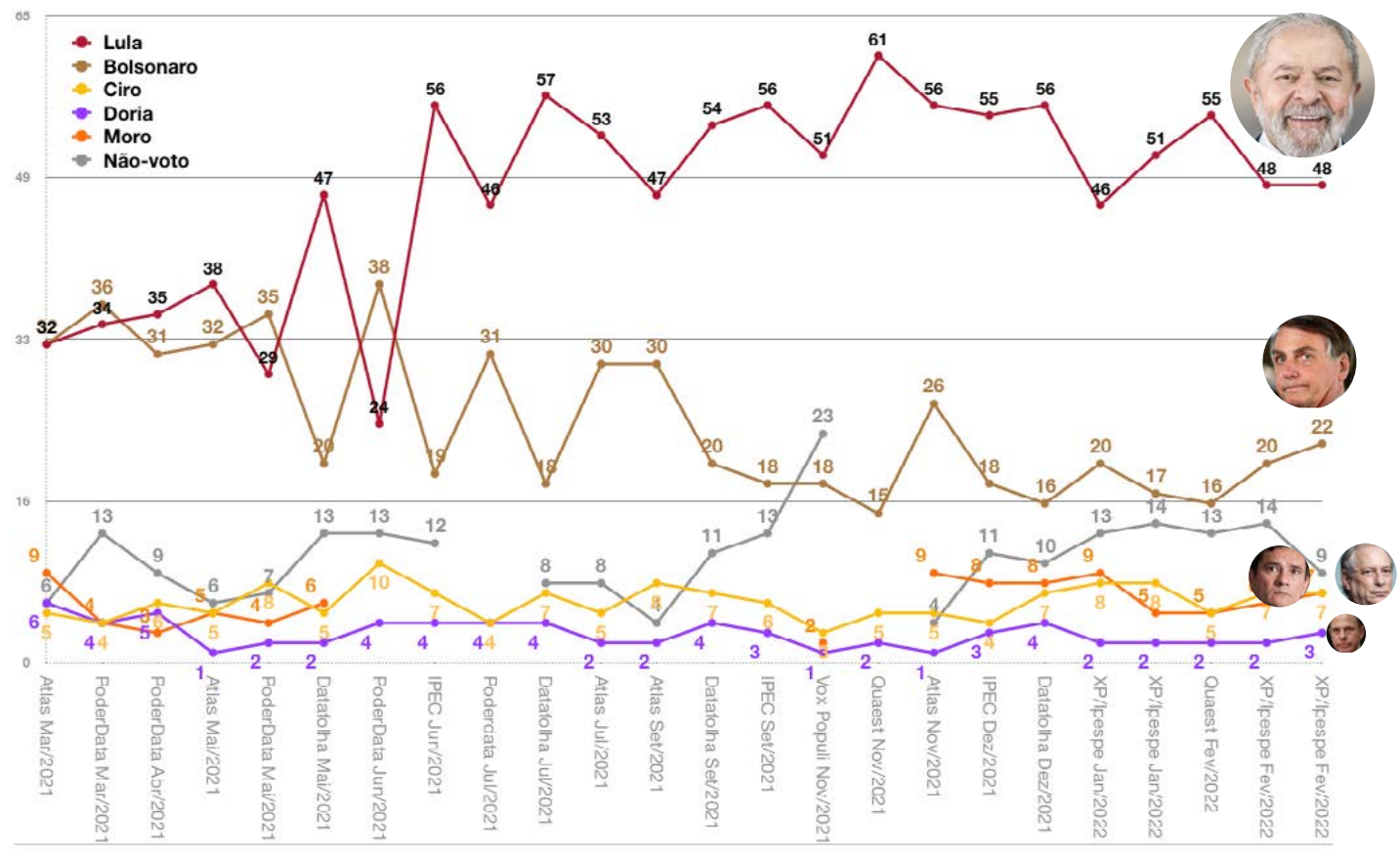
As últimas pesquisas evidenciam o impacto da renda no que diz respeito tanto à avaliação do governo quanto às intenções de voto para as eleições de 2022. Tratamos destes dados no boletim de número 13 do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, divulgado na última semana. Neste artigo, aprofundamos essa análise.

De maneira geral, enquanto Lula tem seu melhor desempenho na base da pirâmide social e na região Nordeste, Bolsonaro tem força entre homens e evangélicos. O ex-presidente lidera com folga nos cenários de segundo turno. Somente o instituto PoderData indica tendência de redução da vantagem. Cabe frisar que Lula venceria, com folga, todos os outros candidatos.

Por segmentos de renda, cabe ressaltar que, desde dezembro de 2020, o segmento com renda de até dois salários mínimos – aqueles que ganham até R$ 2.424, a base da pirâmide social brasileira – vem aumentando paulatinamente a reprovação ao governo. Este imenso contingente avalia o governo Bolsonaro como ruim ou péssimo.

Evolução do voto nas eleições presidenciais

Voto no primeiro turno, por renda de até 2 salários mínimo



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

Noa parte da reprovação ao governo se explica pela forte rejeição deste segmento social. Segundo a última Quaest, é justamente nessa faixa de renda que Bolsonaro tem a menor aprovação: 17%. Destaque também no mesmo estrato para a avaliação negativa, que subiu de 52% para 57%.

Neste caso, é possível também apontar que, além de reprovarem o governo, os brasileiros de menor renda tem fortíssima tendência de votar em Lula nas eleições presidenciais de outubro.

O ex-presidente lidera com muita folga já no primeiro turno enquanto Bolsonaro tem desempenho muito mais fraco. Na pesquisa IPESPE, enquanto entre a população total, Bolsonaro tem 27% das intenções de voto e Lula tem 42%, no segmento popular de quem ganha até dois salários mínimos, Bolsonaro tem 20% e Lula, 48%. Uma diferença de 7 e de 6 pontos percentuais, respectivamente.

É uma situação bastante diferente do que ocorre em outros segmentos que também reprovam Bolsonaro. Na pesquisa IPESPE de fevereiro, na faixa de renda entre dois e cinco salários mínimos – aqueles que ganham de R$ 2.424 a R$ 6.060 – a diferença entre os dois é de apenas 8 pontos percentuais. Lula tem 37% e Bolsonaro, 28% das intenções de voto. Na faixa de 5 a 10 salários mínimos – entre R$ 6.060 e R$ 12.120, em que a escolarização é mais alta –, a distância é de 12 pontos percentuais. Bolsonaro tem 30% e Lula, 42%.

Os chamados candidatos de terceira via tem baixo desempenho em todos os segmentos de renda, não alcançando os dois dígitos em nenhum dos cenários, com exceção do ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, do Podemos, que aparece com 10% das intenções na pesquisa IPESPE na faixa de 2 a 5 salários mínimos. Na mesma pesquisa, Ciro Gomes do PDT e João Dória do PSDB aparecem, respectivamente, com 7% e 3%, nas faixas de até 2 salários.

Se no artigo anterior, avaliamos o comportamento dos segmentos por gênero, indicando como se

comportam as mulheres no que diz respeito à avaliação do governo e intenção de voto, nos próximos, analisaremos os dados de outros segmentos que ajudam a compor uma avaliação fina sobre o comportamento político-eleitoral via segmentação por região, idade e raça/cor. •

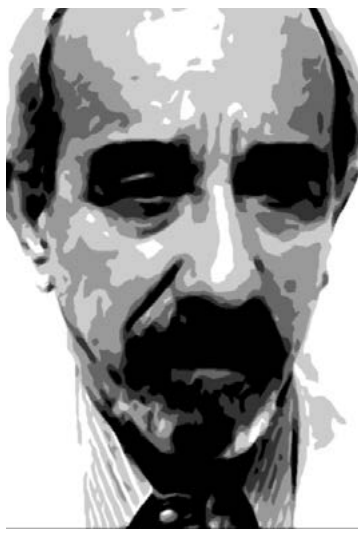
Mestra em sociologia e coordenadora do Noppe.

Ricardo Stuckert

COMO O PT SALVOU O BRASIL: O CONSUMO DAS FAMÍLIAS COMO MOTOR DO CRESCIMENTO

Com Lula e Dilma, país ganhou política de desenvolvimento apoiada na ampliação dos investimentos e mercado de consumo a partir de programas de distribuição de renda, expansão e formalização do emprego, além de aumento e democratização do crédito

Eduardo Fagnani*, Gerson Gomes ** e Guilherme Mello ***



Este é o décimo sexto de uma série de artigos organizada para oferecer fatos e números que desconstroem as mentiras circulantes, segundo as quais a política econômica do PT teria "quebrado o Brasil". Aqui, vamos mostrar que o consumo das famílias foi motor do crescimento da economia nos governos Lula e Dilma.

Nas análises anteriores, demonstramos a falsidade dessa narrativa falsa sobre o país quebrado, apresentando o comportamento de diversos indicadores econômicos. Apontamos que, nos governos petistas, o Brasil voltou a crescer e a redistribuir os frutos desse crescimento.

A taxa de investimento saltou do patamar em torno de 16% do PIB, em 2002, para um nível próximo de 20% do PIB, entre 2008 e 2015. O investimento público federal, que representara 1,6% do PIB em 2002, atingiu 2,7% do PIB em 2010, e 2,3% do PIB em 2014. A Formação Bruta de Capital Fixo cresceu, em média, 3,3% ao ano, no primeiro governo Lula; 10,0%, no segundo governo Lula; e 2,3%, no primeiro governo Dilma.

Agora, mostramos como o consumo das famílias foi outro motor do crescimento do país. A partir de 2003, foi esboçada uma política de desenvolvimento apoiada na ampliação dos investimentos e criação de um mercado de consumo de massas formado a partir de políticas de distribuição de renda, de expansão e formalização do emprego e de aumento e democratização do crédito, cuja maior virtude foi a melhora expressiva das condições de vida dos mais pobres.

Houve aumento salarial, ampliação do acesso ao crédito e geração de mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada. A taxa de desemprego em 2014 apontava para o pleno emprego. A valorização real do salário mínimo foi de 74,2%, entre 2003 e 2015. A taxa de informalidade do mercado de trabalho e a desigualdade da renda do trabalho medida pelo Índice de Gini caíram significativamente. Mais de 30 milhões de pessoas saíram da pobreza, e outras 16 milhões, da extrema pobreza.

Ao contrário do que a narrativa de oposição repete, esse crescimento não foi artificial. Nem decorreu de medidas populistas. Tampouco foi puxado exclusivamente pelo consumo. Ainda que distante do nível que seria o ideal, o investimento cresceu em geral mais do que o consumo e do que o PIB.

O gráfico 1 mostra que, nos governos petistas, após as fortes oscilações entre 1995 e 2002, a variação anual do consumo das famílias cresceu de forma consistente e com taxas elevadas entre 2004 e 2011 – exceto em 2009, por conta da crise financeira internacional –, e decrescentes no triênio seguinte.

Os resultados negativos verificados em 2014 e 2015 refletem o movimento mais geral de deterioração das condições da economia internacional, do agravamento da crise política e dos efeitos disruptivos da Lava Jato, que destruiu setores produtivos e empregos, em sua estratégia para alcançar o desmonte das empresas nacionais.

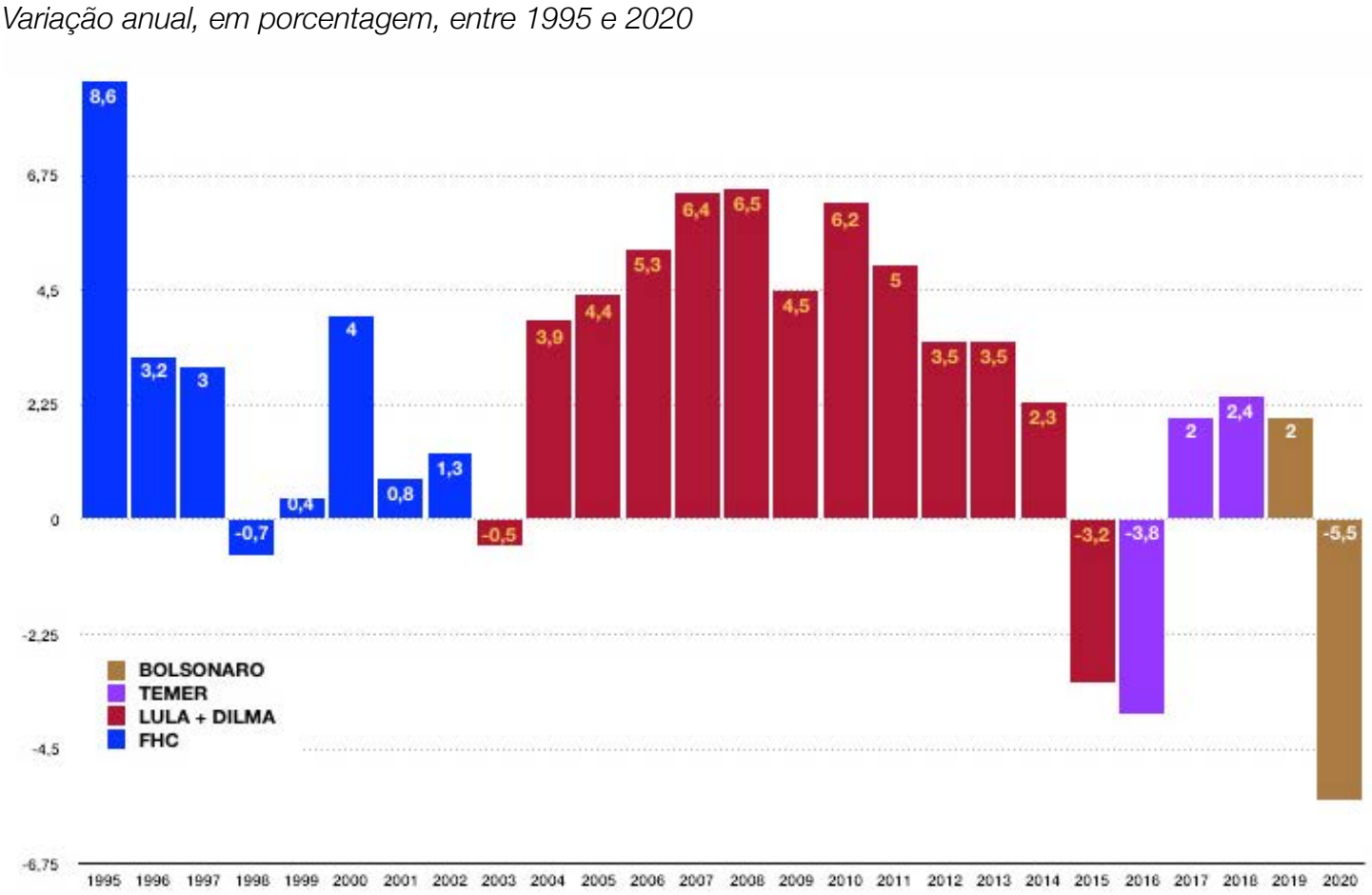
Esses resultados também refletem a mudança de rumos na política econômica a partir do mandato de Joaquim Levy e sua opção pela contração fiscal, bem como o agravamento da crise política, posto que a oposição passou a apostar na instabilidade institucional, e a forçar a imposição de limites legislativos à condução da política econômica.

O gráfico 2 mostra o mesmo indicador por subperíodos. Entre 1995 e 1998, a variação anual do consumo das famílias cresceu, em média, 3,5% ao ano. Essa média cai para 1,6% no segundo mandato de

FHC. Nos governos petistas, a variação anual média sobe de 3,3% – primeiro mandato de Lula – para 5,6% – no segundo mandato do presidente –; e declina para 3,6% no primeiro governo Dilma, mas um crescimento sempre superior ao verificado nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Consumo das famílias

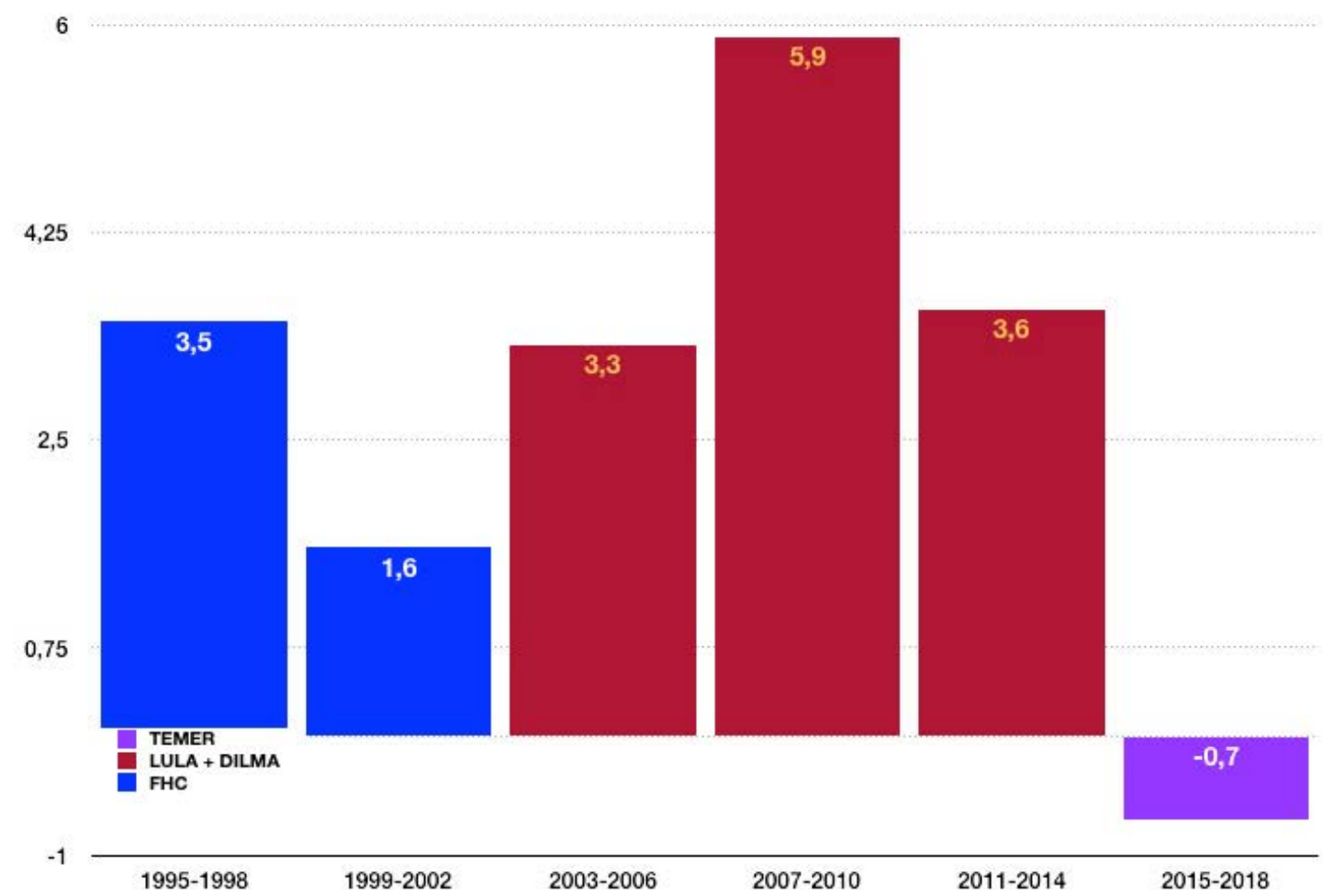
Variação anual, em porcentagem, entre 1995 e 2020



Fonte: IBGE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. 25 anos de economia brasileira. Centro de Altos Estudos Brasil Século 21, maio de 2021.

Consumo das famílias

Variação por subperíodos, em porcentagem, entre 1995 e 2018



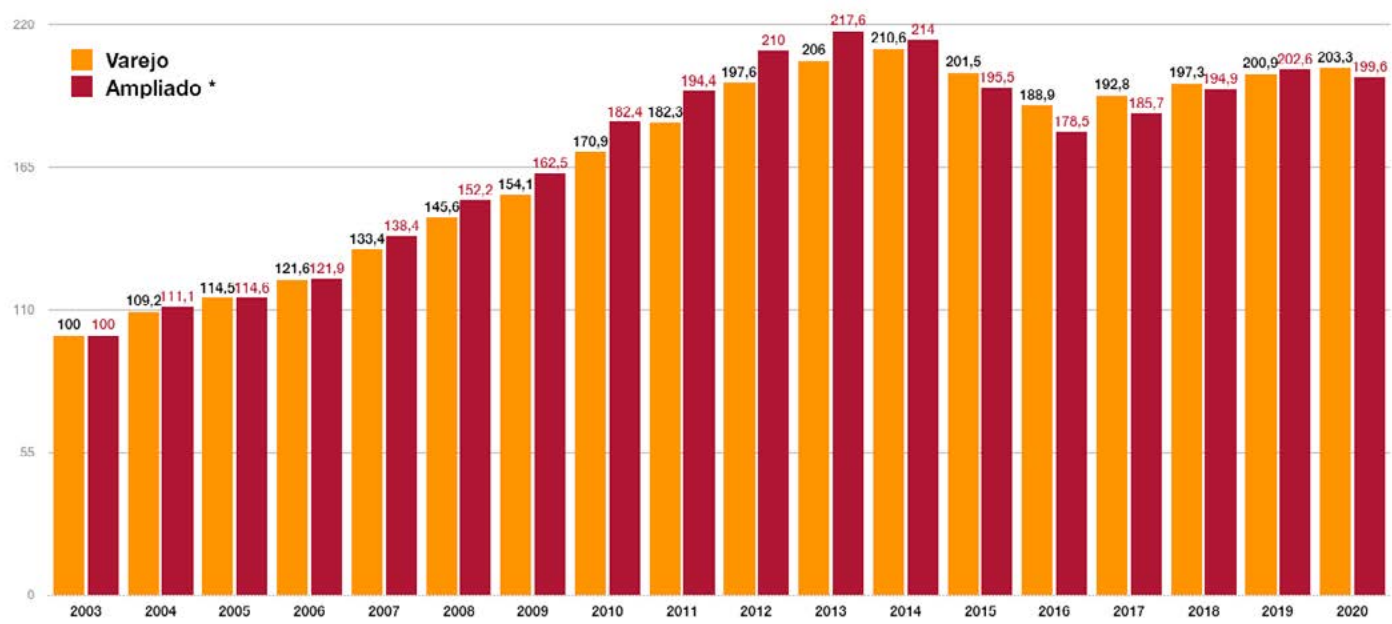
Fonte: IBGE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. 25 anos de economia brasileira. Centro de Altos Estudos Brasil Século 21, maio de 2021.

O aumento dos investimentos e a criação de um mercado de consumo de massas, formado principalmente a partir de políticas de distribuição de renda e da expansão do emprego, em particular do emprego formal, que cresceu 72,8% no período 2003-2014, fomentaram forte ampliação das vendas no varejo. O patamar alcançado entre 2012 e 2015 foi mais que o dobro do verificado no primeiro ano do governo Lula.

O crescimento do PIB e do mercado interno de consumo de massa foi também fomentado pela expansão do crédito. Vale ressaltar, pelo seu significado para o crescimento da economia, que um aspecto importante desse processo de expansão do crédito foi a contribuição do BNDES, especialmente ao financiamento do investimento de longo prazo. Tal ponto será objeto do próximo artigo.

Portanto, o crescimento da renda das famílias, que impulsionou o mercado interno tampouco confirma a narrativa delirante de que a economia, ao cabo dos governos petistas, estaria vivendo "crise terminal". •

Índice de crescimento das vendas reais em varejo
Ano-base: 2003=100



Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. 25 anos de economia brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século 21.

* Doutor em Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho da Unicamp. ** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. *** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, da Unicamp.

O PT BLINDOU O BRASIL

Com Lula e Dilma, reservas passaram de US$ 36,2 bilhões para quase US$ 380 bilhões. Bolsonaro conseguiu, nos dois primeiros anos de seu mandato, diminuir as reservas em US$ 20 bilhões

Reginaldo Lopes

Em tempos de incertezas e volatilidade no cenário internacional, é essencial destacar o papel que os governos Lula e Dilma – de 2003 até o Golpe de 2016 – tiveram para blindar o Brasil contra crises externas, como a atual decorrente do conflito entre Rússia e Ucrânia.

Os governos do PT, com um modelo de desenvolvimento econômico com justiça social e respeito ao meio ambiente e aos direitos da classe trabalhadora, tomaram a decisão estratégica de formar um colchão de proteção com uma reserva de cerca de US$ 380 bilhões, dez vezes mais do que havia em 2002, quando Lula foi eleito.

Tais reservas funcionam como uma espécie de seguro para o país garantir o cumprimento das suas obrigações no exterior. Em tempos de crise, como a atual, são as reservas que garantem um ambiente de segurança para o enfrentamento de um cenário de volatilidade nos mercados internacionais. Em apenas 13 anos, as reservas saltaram de US$ 36,2 bilhões para R$ 380 bilhões. Entre 2019 e 2020, o governo Bolsonaro conseguiu diminuir as reservas em US$ 20

bilhões.

Mesmo com a diminuição, o Brasil ainda está blindado, conforme reconheceu há pouco o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle. Ele atestou que, graças às gestões petistas, o Brasil tem hoje condições de enfrentar tempestades econômicas. O país hoje tem só 5% da dívida em dívida externa e a participação dos estrangeiros na dívida interna é de 10%.

Não fosse a gestão estratégica dos governos do PT, a situação do Brasil estaria em plena turbulência, já que a política econômica do atual governo é desastrosa: desemprego acelerado, inflação galopante, perda de renda, fome e miséria, que se espalham pelos quatro cantos do Brasil. Índices como desemprego médio e pobreza extrema explodiram com Bolsonaro, enquanto com o PT a redução foi superlativa.

Os governos de Lula e Dilma tiraram o país da tutela do FMI e acumularam as reservas estratégicas. Com isso, o Brasil nunca mais quebrou, nunca mais teve de voltar ao FMI nem de mendigar dólares em outras fontes.

Em 2015, a dívida externa bruta representava 18,6% do PIB – em 2002, chegara a 41,6% do PIB. E a dívida externa líquida – dívida bruta menos reservas –, que era de 37% do PIB, em 2002, passou a ser negativa a partir de 2007: -2,5% do PIB em 2015.

Neste ano eleitoral, em que Bolsonaro já mostra que sua máquina de mentiras e fake news está azeitada, o povo brasileiro precisa fixar atenção a essas manobras. O atual governo nada fez para que o Brasil pudesse enfrentar um cenário internacional adverso. Pelo contrário, o país virou pária internacional com um presidente negacionista e fanfarrão que enterrou a respeitável diplomacia, até há pouco tempo referência no concerto das nações.

Além de ter torrado US$ 20 bilhões das reservas deixadas por Lula e Dilma, Bolsonaro colecionou outros fracassos. O PIB per capita – relação entre a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e o nú-

mero de habitantes –, por exemplo, sofreu a maior queda desde 1996: 4,8%, superando a baixa do PIB, de 4,1%, em 2020. Em 2013, o indicador foi o maior da história, batendo R$ 39.580 mil.

O Brasil, de fato, estava quebrado em 2002, quando Lula ganhou as eleições e, a partir de 2003, passou a adotar um modelo contrário ao antinacionalismo neoliberal. Com o Golpe de 2016, a agenda foi retomada e, agora radicalizada pelo governo militar conduzido pelo ex-capitão, afundando o Brasil numa crise econômica e social e sanitária sem precedentes.

Com a possibilidade de Lula ganhar as eleições presidenciais, o povo brasileiro poderá recuperar a autoestima e a esperança de dias melhores, para que o Brasil nunca mais fique de joelhos perante interesses estrangeiros e que a fome seja um mal expurgado de nossa realidade.

Com o PT, uma verdadeira revolução democrática foi implementada, trazendo conquistas como a geração de 22 milhões de empregos, mantendo os direitos, e a retirada de mais de 36 milhões de pessoas da linha de pobreza, graças à decisão de fortalecer o Estado e adotar políticas públicas e sociais voltadas para distribuir renda, garantir direitos e fazer inclusão social. •

Economista, é deputado por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.

O VOO DA CORUJA E O DESTINO DO DÓLAR

Ao anunciarem sanções e congelarem as reservas internacionais da Rússia, a Europa e os Estados Unidos desenham um cenário preocupante. Para a economia global, a perspectiva no curto e médio prazo é de mais inflação e dificuldades para a retomada do crescimento econômico

Gabriel Galípolo

A declaração conjunta dos líderes da Comissão Europeia, França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Canadá e Estados Unidos, em 26 de fevereiro, é clara. Anunciaram medidas adicionais de restrições eco-

nômicas visando isolar a Rússia do sistema financeiro internacional e das relações com as economias. A segunda das quatro medidas anunciadas se compromete a impor medidas restritivas que impeçam o Banco Central da Rússia de empregar suas reservas internacionais de forma a mitigar o impacto das sanções.

Moedas e títulos emitidos por um país constituem um passivo e um ativo para seus detentores. Mesmo dentro da ortodoxia econômica, em modelos para precificação do prêmio de ativos, os juros pagos por títulos de dívida emitidos pelo governo são denominados como de risco soberano ou livre de risco de crédito. Isso ocorre justamente pela capacidade da autoridade monetária de emitir o meio de pagamento capaz de liquidar suas obrigações e dívidas dentro de suas próprias economias.

Se dentro de cada Nação o Estado e sua moeda são soberanos, nas relações internacionais a lógica é distinta. Há no sistema financeiro internacional uma hierarquia entre moedas nacionais. Os Estados Unidos desfrutam o privilégio (exorbitante) de sua moeda nacional desempenhar o papel de unidade de medida de valor, meio de pagamento e reserva de valor internacional.

Outras moedas de economias centrais também exercem, em um patamar inferior, a condição de liquidar contratos internacionais. As demais economias, por vezes denominadas como emergentes, em desenvolvimento ou subdesenvolvidas, sofrem as limitações de emitirem moedas não aceitas como meio de pagamento no mercado internacional.

A história econômica do Brasil torna fácil a identificação com as diversas formas de crise desencadeadas pelas restrições de acesso à moeda internacional. Dos estrangulamentos externos decorrentes da redução na demanda por produtos exportados pelo Brasil nas economias centrais, com consequente diminuição da receita em divisas internacionais e depressão da capacidade de importar, descrita

por Celso Furtado; passando pelas crises da dívida externa associadas ao "descasamento" entre passivos em moeda estrangeira, contraídos para financiar projetos e investimentos voltados para o mercado doméstico e, portanto, geradores de receita (ativo) em moeda doméstica; até a estabilidade monetária condicionada à sombra de dolarização, que recorre a elevações na taxa básica de juros para aumentar o prêmio aos detentores de posições em reais e conter a desvalorização ante o dólar que provoca a inflação, limitando a política monetária.

COMO NAS GUERRAS, AS RESERVAS INTERNACIONAIS FUNCIONAM COMO UMA DEFESA DAS MOEDAS, PARA DESENCORAJAR A ESPECULAÇÃO

Durante os anos 1990, sucessivas crises internacionais levaram diversos países a recorrerem ao Fundo Monetário Internacional para conseguirem acessar recursos e honrar seus pagamentos em moedas internacionais. O apoio do FMI é usualmente condicionado à adesão ao receituário econômico "sugerido".

Durante os anos 2000 o cenário de liquidez internacional abundante permitiu o acúmulo de reservas internacionais e para alguns países, como o Brasil, a reversão da posição de devedores para credores líquidos internacionais. Como nas ameaças de conflitos bélicos, as reservas internacionais funcionam como uma defesa das moedas domésticas, inclusive para desencorajar ataques especulativos.

As tensões da Rússia com os EUA, acentuadas a partir do conflito que resultou na anexação da Criméia, em 2014, ampliaram os esforços russos

em tentar mitigar a influência dos americanos em sua economia. Reportagem de maio de 2015 da revista *The Economist* sugere um abraço do urso (Rússia) com o dragão (China). Também em julho daquele ano, o jornal *The Guardian* apresentou a manchete "China e Rússia: O novo superpoderoso eixo mundial". A reportagem exibia o exponencial crescimento do comércio da China para a Rússia a partir de 2009 e a elevação dos investimentos no mesmo sentido, especialmente a partir de 2013.

Em abril de 2021, o *Washington Post* publicou artigo intitulado "China e Rússia anunciaram uma promessa conjunta contra a hegemonia do dólar", criando alternativas ao sistema atual com um plano de três etapas. Em primeiro lugar, ambos os países começaram a reduzir a proporção de seu comércio bilateral faturado em dólares, privilegiando a liquidação em suas próprias moedas. Em segundo lugar, eles procuraram aumentar o papel do renminbi como moeda internacional para pagamentos e reservas. Para incentivar uma adoção mais ampla de sua moeda, a China deu acesso ao renminbi a mais de 30 países por meio de acordos de swap bilaterais. China e Rússia reduziram suas participações em títulos do Tesouro dos EUA, com a Rússia canalizando dinheiro para participações em renminbi.

A China intensificou o impulso da moeda digital que começou em 2014, com o objetivo de facilitar a retenção do renminbi. A terceira e última etapa desses esforços, ainda em andamento, visa criar sistemas alternativos de pagamentos e mensagens que permitam aos países usar moedas domésticas e de parceiros, em vez de dólares ou euros, para fechar acordos comerciais e de investimento.

Dados do Banco Central da Rússia, de 30 de junho de 2021, apontavam que suas reservas internacionais eram compostas 32% em euros, 16% eram dólares americanos, cerca de 7% eram libras esterlinas, 13% renminbi chinês, 22% ouro e o restante

mantido em outras moedas.

Segundo o *Financial Times*, cerca de US$ 300 bilhões dos US$ 630 bilhões de reservas internacionais mantidas pela Rússia foram bloqueados pelas sanções. Já a União Europeia declarou que as sanções bloqueiam mais da metade das reservas do Banco Central da Rússia. Ambos revelam os limites no alcance, por exemplo, aos ativos tangíveis como reservas em ouro ou emitidos por países que não aderiram às sanções.

Jim O'Neill, que ocupa desde 2001 o cargo de chefe de pesquisa em economia global do Goldman Sachs, afirmou que "o efeito imediato das sanções à Rússia foi destacar a continuidade do domínio dos EUA. Mas também pode forçar muitas economias emergentes a reconsiderar a abordagem de livro texto na construção de reservas em moeda estrangeira para se protegerem contra crises econômicas".

Falando no podcast Odd Lots, da Bloomberg, o chefe global de estratégia de taxas de juros de curto prazo do Credit Suisse observou que as guerras tendem a transformar as conjunturas para as moedas globais. E a perda da Rússia do acesso às suas reservas em moeda estrangeira enviou uma mensagem a todos os países: "eles não podem contar com esses estoques de dinheiro como seus, em caso de tensão. Pode fazer cada vez menos sentido para os gestores de reservas globais reter dólares por segurança, já que eles podem ser retirados quando são mais necessários".

Os efeitos imediatos das sanções são mais óbvios para a economia russa. Hoje a leitura do mercado é de seu isolamento, com desvalorização da moeda, ativos e risco de insolvência de bancos. Para a economia global a perspectiva no curto e médio prazo é de mais inflação, expressa nas elevações dos preços de petróleo, gás, minério e alimentos no mercado internacional, e um cenário mais adverso para a retomada do crescimento econômico,

o que sugere maior complexidade na gestão das autoridades monetárias. A tendência é que a retirada dos estímulos monetários por parte dos bancos centrais dos EUA e Europa, previstos para este ano, tenham de esperar por maior clareza dos impactos da guerra.

A complexidade das sanções decorre justamente do êxito da globalização em inserir a economia russa no mercado global. A dificuldade em circunscrever seus efeitos, e implementar medidas chamadas de "cirúrgicas", é o que tem demandado a análise cuidadosa do ocidente dos impactos de cada sanção.

A atenção em preservar a capacidade de oferta do setor de óleo e gás russo sugere o reconhecimento da interdependência das economias, e a dificuldade dos trade offs: quanto mais efetiva for a sanção, mais ela propaga seus impactos no ocidente, quanto mais se mitiga o impacto ao ocidente, menor a eficácia das sanções. Congelar ativos financeiros guarda potencialmente efeitos semelhantes. Em momentos de perdas, quando não se pode vender determinados ativos, são vendidos os ativos possíveis de se vender, e é assim que as crises se tornam sistêmicas.

Os impactos econômicos de longo prazo ainda serão conhecidos. Só a maturidade do tempo revelará as consequências do exercício ostensivo do poder do dólar. •

Economista, é professor da PUC/SP.

O CONFISCO DE ATIVOS DA RÚSSIA

O banco Société Générale, um dos maiores da Europa, alertou na quinta-feira, 3, sobre a possibilidade de que a Rússia possa retirar do banco suas operações locais, em um dos mais severos alertas já feitos por uma empresa ocidental sobre o impacto potencial de a guerra na Ucrânia.

O banco francês, cuja exposição de US$ 20 bilhões à Rússia é uma das maiores entre os credores estrangeiros, disse que está trabalhando para reduzir os riscos no país, à medida que os bancos europeus revisam os negócios no país em meio a crescentes sanções com o ocidente.

"O grupo tem buffer mais do que suficiente para absorver as consequências de um possível cenário extremo, no qual o grupo seria destituído dos direitos de propriedade de seus ativos bancários na Rússia", disse.

Enquanto isso, o maior banco da Itália, Intesa Sanpaolo, disse que está realizando uma revisão estratégica de sua presença na Rússia após a invasão da Ucrânia por Moscou.

As ações dos bancos foram atingidas nos últimos dias em meio a temores de possíveis baixas contábeis, receita mais baixa, economias mais fracas e consequências de sanções. As ações foram negociadas principalmente em baixa na quinta-feira.

Os reguladores também estão se preparando para um possível fechamento do braço europeu do segundo maior banco da Rússia, o VTB Bank, em meio a preocupações crescentes sobre o impacto das sanções ocidentais sobre o banco, segundo duas fontes familiarizadas com o assunto disseram à Reuters. •

EUROPA BANIU CANAIS DE NOTÍCIAS

Na quarta-feira, 2, a União Europeia anunciou que estava banindo dois serviços de notícias ligadas ao Kremlin: o canal Russia Today e a agência de notícias Sputnik. Os dois canais de mídia russa não podem ser acessados dentro dentro do bloco da UE, à medida que cresce a pressão das sanções ocidentais.

Veículos independentes da Asia e aqueles ligados a governos como a China e a própria Rússia denunciam que o ocidente vive uma onda histeria russofóbica, que está se espalhando pela Europa e América do Norte com trabalhadores, músicos e até crianças russos sendo condenados ao ostracismo e intimidados.

"Infelizmente, as medidas tomadas pela União Européia para censurar a mídia russa 'afiliada ao Estado' estão sendo seguidas nos Estados Unidos e temo que a supressão da liberdade de expressão e dos meios de comunicação só piore à medida que a nova Guerra Fria se intensificar", alerta Max Parry, jornalista independente americano e analista geopolítico. "A Direct TV expulsou o canal RT America de sua grade".

Enquanto o RT e o Sputnik se preparam para serem retirados do ar e ficar offline na UE, Parry sente que isso terá o efeito oposto ao pretendido. Segundo o jornalista, isso é um sinal de fraqueza real por parte do establishment político do Ocidente, porque a mídia estatal russa tem participação mínima no mercado global.

Proibir a RT e Sputnik corresponde muito bem

aos valores do Ocidente, ecoa Alex Krainer, analista político e autor. "Isso ocorreu apenas sete anos atrás, após o ataque terrorista ao 'Charlie Hebdo' em Paris, quando os líderes ocidentais estavam se superando para se posicionar e professar seu compromisso inabalável com a liberdade de expressão enquanto defendiam e implementavam a censura daqueles cujas opiniões desafiavam as várias agendas do establishment governante", diz. •

CONGELAR RESERVAS AMEAÇA O DÓLAR

A avaliação é do estrategista do Credit Suisse. Ele diz que a moeda americana atingiu um ponto crítico de inflexão

A decisão da União Europeia e dos Estados Unidos de cortar o acesso da Rússia às suas reservas em moeda estrangeira pode acabar com a hegemonia do dólar americano. A avaliação não é de um integrante do governo de Vladimir Putin. É a opinião de Zoltan Pozsar, estrategista de taxas de juros de curto prazo Credit Suisse.

"Imagine uma resposta por trás disso, onde muitos exportadores de quaisquer commodities e widgets decidem faturar as coisas em uma moeda diferente", disse Pozsar ao podcast Odd Lots, da Bloomberg.

"Porque todos esses dólares que você está ganhando e todo esse dinheiro que você mantém no Ocidente está em risco", disse o especialista, acrescentando que as nações que aderiram à Iniciativa do Cinturão e Rota da Seda, liderada pela China, podem faturar as mercadorias em yuan.

"Você pode ver novos centros financeiros faturando um monte de transações em uma moeda dominante diferente e há todos os tipos de razões para isso agora", opina Pozsar. O analista do Credit Suisse acrescentou que os mercados atualmente dominados pelo euro e pelo dólar sentiriam claramente o impacto da mudança ao longo do tempo.

Os EUA, o Japão e a UE impediram o Banco Central da Rússia de explorar uma parte significativa de suas reservas cambiais mantidas no exterior, em resposta

à invasão do país à vizinha Ucrânia. De acordo com o diário inglês *Financial Times*, cerca de US$ 300 bilhões dos US$ 630 bilhões de reservas internacionais mantidas pela Rússia foram bloqueados pelas sanções.

O passo sem precedentes não exclui totalmente a Rússia de sua moeda estrangeira. O embargo ainda permite que a Rússia o use para pagamentos de energia e o país ainda pode acessar suas reservas mantidas internamente e na China. •

Arte: Olímpio

TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA

O Brasil pode e deve continuar a exercer protagonismo na oferta global de alimentos, obtendo receitas cambiais importantes para o financiamento do desenvolvimento do país. Mas, ao mesmo tempo, precisa contribuir para o enfrentamento da fome e da crescente demanda alimentar global

Gerson Teixeira*

De meados 2020 a meados de 2021 um grupo de estudiosos dos temas rurais e integrantes dos movimentos sociais do campo empreendeu reflexões em busca de interpretações e alternativas de enfrentamento político dos diversos fenômenos que definem a realidade agrária contemporânea do Brasil.

Foram momentos de debates e períodos de elaboração sob o abrigo do NAPP Agrícola e Agrário da Fundação Perseu Abramo (FPA) que gerou como primeiro produto o capítulo setorial do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil. Com foco no nivelamento das dimensões estruturais dessa realidade, buscou-se, também, lançar luz sobre os retrocessos sociais, econômicos, fundiários e ambientais observados desde o Golpe de 2016, com as proporções superlativas e motivações dolosas observadas no governo Bolsonaro.

Os desmontes processados reverteram o ciclo histórico virtuoso iniciado em 2003, marcado pelo reconhecimento e mitigação em algum grau dos danos sistêmicos associados à agricultura de larga escala; pelas políticas robustas de assentamento de trabalhadores rurais e de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa; e pela efetivação de direitos das populações indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais de um modo geral.

Desse esforço resultou o segundo produto do NAPP Agrícola e Agrário incluído no livro da FPA sobre os desmontes recentes das políticas e instituições que no período inicial do século 21 deram suporte às estratégias de ascensão social no Brasil. Dado o grau de incontinência nos desmontes, a direção da Perseu Abramo resolveu orientar os NAPPs pela atualização do texto do plano.

No mérito, o processo de revisão levado a cabo pelo NAPP Agrícola e Agrário defende que o Brasil pode e deve exercer protagonismo na oferta global de alimentos, obtendo receitas cambiais

importantes para o financiamento do desenvolvimento do país, ao mesmo tempo em que, via comércio ou ações humanitárias, contribua para o enfrentamento da fome e da crescente demanda alimentar global. Porém, rechaça o "vale tudo" interno que em grande medida move essa estratégia em benefício dos capitais que controlam o agronegócio exportador, à revelia de interesses nacionais.

OS MINIFÚNDIOS SOMAM 66% DOS IMÓVEIS E OCUPAM 7,5% DAS TERRAS. AS GRANDES PROPRIEDADES SÃO 2,3% DAS PROPRIEDADES, MAS SOMAM 61%

O ensaio postula que acima dessa função externa da agricultura brasileira deva se impor os interesses da segurança alimentar e nutricional interna; a inviolabilidade territorial de minorias étnicas do campo; a democratização das políticas setoriais e a função ambiental da agropecuária em benefício dos brasileiros e dos esforços globais requeridos pelo estado de emergência climática.

As reflexões do NAPP corroboram o entendimento segundo o qual a diversidade e a gravidade das contradições, pobreza extrema, e demais iniquidades disseminadas nas áreas rurais do Brasil derivam, em última instância, da mãe de todas as desigualdades: a absurda assimetria na estrutura de posse da terra.

No Brasil, os minifúndios – imóveis com áreas insuficientes para o sustento de uma família – representam 66% do número total de imóveis rurais, mas ocupam apenas 7,5% da área total. No outro extremo, 2,3% dos imóveis – as grandes propriedades – controlam 61% das terras.

Este 'monopólio' da terra, que reverbera na política, em alguns casos, por meio de organizações seccionais hiperativas de extrema-direita, resulta em níveis excepcionais de controle sobre os poderes públicos e, portanto, na configuração de políticas públicas excludentes, alheias ao interesse do país, e na apropriação dos orçamentos públicos.

Assim, subjugam as demais classes sociais do campo e, particularmente na quadra atual, sentem-se livres para o cometimento de crimes de toda ordem. Claro que este perfil político não pode ser generalizado. Há contradições internas à própria base primária da agricultura e nos demais elos das cadeias do agronegócio – amplificadas com a consciência dos efeitos danosos da crise climática sobre o os interesses do setor – que propiciam importantes espaços de diálogo para a viabilização de um processo de mudanças indispensáveis na busca de atributos ambientais e democráticos pela agricultura brasileira.

Diante desse quadro, a atualização do conteúdo setorial do Plano de Transformação e Reconstrução do Brasil proposta pelos membros do NAPP Agrícola e Agrário sugere a revisão das bases de organização da agricultura brasileira obviamente numa perspectiva gradualista que, sem gerar riscos à estrutura produtiva do setor, conduza de forma efetiva:

a) para a transição ecológica da sua base técnica;

b) para fundamentos democráticos das políticas agrícola e agrária, em especial, na perspectiva do fortalecimento da funcionalidade da agricultura familiar para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira; e

c) visando ações de proteção das populações vulneráveis do campo e dos demais interesses da sociedade brasileira. •

* Coordenador do NAPP Agrícola e Agrário, da Fundação Perseu Abramo.

A ESTREIA ESTONTEANTE DE CAZUZA E DO BARÃO VERMELHO

Em maio de 1982, o grupo carioca Barão Vermelho entrava em estúdio para gravar seu primeiro álbum. A poesia debochada e irreverente do cantor, somada à coesão sonora e visceral do grupo, rendeu uma das mais impressionantes obras do rock brasileiro

Olímpio Cruz Neto

Em 1982, ainda debaixo da ditadura, o Brasil era um buraco fundo se você fosse jovem. Não havia nada muito rock'n'roll na música brasileira. Claro, tinha a Rita Lee – já na fase pop com teclados de Lincoln Olivetti –, mais o Rádio Taxi – com egressos da banda da ex-mutante – e a Cor do Som e o 14-Bis. Ou seja, tinha um rock, mas com pinta de MPB ou melado no pop. Rock mesmo tinha o Raul Seixas, mas a essa altura ele já estava começando a enfrentar problemas mais graves com a birita… Não era o mesmo transgressor dos anos 70.

Aí veio a Blitz, com seu disco de estreia (resenhado na edição 46 da Focus Brasil) e uma banda que era um sopro de renovação: o Barão Vermelho. Se você, como eu, era antenado em música, tinha pescado os elogios de Ezequiel Neves – lendário jornalista cultural e um dos editores da Rolling Stone brasileira, em 1972 – em suas colunas encharcadas de uísque na revista Som Três. Ele foi o primeiro a falar da banda na imprensa nacional.

De crítico fervoroso a mentor intelectual da banda até se tornar produtor musical, Ezequiel era uma extensão espiritual – e, digamos, também alucinada – do vocalista do grupo. O álbum de estreia do quinteto, lançado em setembro de 1982, é incrível. Um disco com frescor e poesia de primeira, blues, guitarras de riffs fortes, teclados e a voz rouca e irresistível de Agenor de Miranda Araújo Neto, com letras ins-

piradíssimas. Agenor era ninguém menos que o genial Cazuza. Esse disco marca o nascimento do artista para o grande público brasileiro. E a estreia era mais que promissora.

Basta ouvir "Todo amor que houver nessa vida", um clássico – *"Eu quero a sorte de um amor tranquilo/ Com sabor de fruta mordida/ Nós na batida no embalo da rede/ Matando a sede na saliva/ Ser teu pão, ser tua comida/ Todo o amor que houver nesta vida/ E algum trocado pra dar garantia"*. A canção ganharia depois versões poderosas de Caetano Veloso e Cássia Eller.

O álbum tem ainda duas pérolas que são das canções mais poderosas de Cazuza: "Down em mim" e "Ponto fraco". A primeira tem os versos que tornaram Cazuza um dos mais promissores poetas do rock brasileiro nos anos 80: *"Outra vez vou me esquecer/ Pois nessas horas pega mal sofrer/ Da privada eu vou dar com a minha cara/ De babaca pintada no espelho/ E me lembrar, sorrindo, que o banheiro/ É a igreja de todos os bêbados/ Eu ando tão down"*.

E "Ponto fraco" tem o sentimento de urgência juvenil que é maravilhoso, com a canção embalada pela voz sacana de Cazuza, tratando de um flerte com pinta de cantada nos bares da vida, enquanto as guitarras lembram os Stones na sua melhor fase, no final dos 60 e começo dos 70. *"Benzinho, eu ando pirado/ Rodando de bar em bar/ Jogando conversa fora/ Só pra te ver passando, gingando/ Me encarando/ Me enchendo de esperança/ Me maltratando a visão"*. E, por último, o disco tem um blues espirituoso – "Bilhetinho azul" –, com o verso que mais me impactou na época: *"Como pode alguém ser tão demente/ Porra louca/ Inconsequente/ E ainda amar"*.

A estreia do Barão é uma das melhores surpresas do rock brasileiro produzido naquela década de 80 que parecia marcar uma retomada do Brasil, sufocado pelas botas dos militares durante toda a década de 60 e 70. E é curioso que o lendário João Araújo, – produtor e presidente da Som Livre na

época – jamais tenha cogitado contratar o grupo. Ele era o pai de Cazuza. E nunca se tocou para o talento do filho. Foi o jornalista Ezequiel Neves, que depois de ouvir as demos da banda em uma fita de rolo Akai, ainda em 1981, perturbou João até que ele gravasse o disco. Convenceu-o junto com o produtor Guto Graça Mello, que o provocou: "Você vai deixar a concorrência contratar o Barão?" Felizmente, o pai era sensato.

"Barão Vermelho" é um disco vital e um abre-alas para a geração roqueira que iria tomar de assalto a MPB nos dois anos seguintes – Paralamas, Legião e Titãs. A própria banda jamais repetiria um disco tão vital, roquenrou e debochado como este. O fato de o grupo não querer buscar o sucesso comercial fácil é que faz o álbum soar ainda tão contagiante e vívido, mesmo passados quase 40 anos.

Cazuza e a banda ganhariam o estrelato em 1985, no Rock in Rio, na véspera do nascimento da Nova República, anunciando: *"Que o dia nasça lindo para todo mundo amanhã, com um Brasil novo, com a rapaziada esperta". Era um sopro de esperança.* •

A SEMANA NA HISTÓRIA

4 a 10 de Março

5 de março de 1936

PRESO NO RIO LUÍS CARLOS PRESTES

A polícia invadiu pela manhã a residência de Luís Carlos Prestes, no Méier, subúrbio do Rio, e o prendeu, junto com a mulher, Olga Benário, e a empregada da casa. Prestes foi levado à delegacia de pijama. O chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, telegrafou a todos os governadores comemorando a prisão do líder comunista. A polícia estava no encalço do Cavaleiro da Esperança havia meses. Ele chegara ao Brasil em abril de 1935 e, desde então, vivia na clandestinidade, mudando frequentemente de endereço. Após o levante comunista de novembro, as buscas se intensificaram, com a criação da Comissão de Repressão ao Comunismo em janeiro. A polícia contou com a ajuda de Alfred Hutt, superintendente da Light (companhia de energia elétrica do Rio de Janeiro), na verdade um agente do serviço secreto inglês.

Outra data histórica:

08/03/1993: Criado o movimento "Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida", no Rio de Janeiro, e teve como um dos seus principais articuladores Herbert de Souza, o Betinho.

Arquivo

8 de março de 1910

A LUTA PELO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

Para conhecer a origem do 8 de março como Dia Internacional da Mulher é preciso voltar ao início do século passado, mais especificamente a 1910. Neste primeiro registro histórico, a feminista alemã Clara Zetkin propôs às trabalhadoras de todos os países a organização de um dia especial das mulheres. A proposta foi feita durante a II Conferência Internacional das Mulheres em Copenhague, na Dinamarca, e tinha como primeiro objetivo promover o direito ao voto feminino.

Já no ano seguinte, em 25 de março de 1911, um incêndio na fábrica Triangle Shirtwaist, em Nova York, matou mais de uma centena de trabalhadoras. A tragédia inflamou a luta em defesa de condições dignas de trabalho e fez crescer a força das estadunidenses operárias, organizadas no histórico sindicato International Ladies' Garment Workers' Union.

As mulheres russas também tiveram papel central no estabelecimento da data. Em 8 de março de 1917 no calendário ocidental – 23 de feverei-

ro no calendário russo –, mulheres tecelãs e familiares de soldados do exército russo tomaram as ruas de Petrogrado *(foto acima)*, convocando os trabalhadores contra a monarquia e pelo fim da participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial. Em 1921, durante a Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, o 8 de março foi aceito como dia oficial de lutas, em referência aos acontecimentos de 1917.

Já em 1975, a data foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas.

Ricardo Stuckert

8 de março de 2021

EDSON FACHIN ANULA CONDENAÇÕES DE LULA

A farsa da Lava Jato em Curitiba começou a ruir em 8 de março de 2021. O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, decidiu anular todas as ações penais criadas contra Lula na 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. A decisão veio três anos e oito meses após o ex-presidente ser condenado injustamente pelo ex-juiz Sergio Moro, tendo passado 580 dias na prisão e impedi-

do de se candidatar nas eleições presidenciais de 2018, vencida por Jair Bolsonaro, por manobras e arbitrariedades cometidas pelo próprio Moro. Ele aceitaria, ainda no primeiro turno, o convite para ser ministro da Justiça do novo governo.

O habeas corpus apresentado pela defesa de Lula e analisado por Fachin questiona a autoridade do juizado no qual Moro atuava para julgar as quatro ações anuladas – triplex do Guarujá, sítio em Atibaia, sede do Instituto Lula e doações ao Instituto. O ministro reconheceu que os casos não deveriam ter sido julgados em Curitiba.

Assim, Lula recuperou seus direitos políticos e pode se candidatar a qualquer cargo público.

Em nota, Cristiano Zanin e Valeska Teixeira, advogados de Lula, ressaltaram: "A decisão está em sintonia com tudo o que sustentamos há mais de cinco anos na condução dos processos. Mas ela não tem o condão de reparar os danos irremediáveis causados pelo ex-juiz Sergio Moro e pelos procuradores da Lava Jato ao ex-presidente Lula, ao sistema de Justiça e ao Estado Democrático de Direito".

10 de março de 1953

300 MIL ÀS RUAS CONTRA A CARESTIA

Em 10 de março de 1953, operários da fábrica de tecidos Matarazzo decretaram a greve que seria estopim de um amplo movimento contra a inflação e por melhores salários. Já no dia seguinte, mais de mil operários do Lanifício Santista também cruzaram os braços. Uma semana depois, 60 mil trabalhadores se reuniram na Marcha das Panelas Vazias.

Assim, o movimento grevista foi se alastrando por todo o estado de São Paulo, na famosa Greve dos 300 Mil. Os operários que participaram da ini-

ciativa inauguraram um tipo de organização que se tornaria modelo para o movimento sindical. A mobilização era vertical: começava pelos comitês de fábrica, era validada por assembleias e ganhava as ruas com passeatas, comícios e piquetes.

Em negociação, o Tribunal Regional do Trabalho, os trabalhadores e os empresários apresentaram diferentes propostas de reajuste salarial. Cerca de um mês após o início do movimento, foi fechado um acordo com base na proposta do TRT, à qual se agregaram três novos itens: libertação dos presos, pagamento dos dias parados e suspensão das demissões. Apesar do compromisso, as empresas demitiram milhares de trabalhadores após o fim da greve.

Centro Sérgio Buarque de Holanda Fundação Perseu Abramo

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

Visite o memorialdademocracia.com.br

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

PINGUELLI ROSA, PRESENTE!

Um dos maiores especialistas em energia do país, o físico e engenheiro nuclear perdeu a vida na luta contra a Covid. Ex-presidente da Eletrobrás foi homenageado por Lula e Dilma

O Brasil perdeu na madrugada de quinta-feira, o físico e engenheiro nuclear Luiz Pinguelli Rosa, aos 80 anos, por complicações decorrentes da covid-19. Apontado como um dos maiores especialistas em energia do Brasil, Pinguelli foi presidente da Eletrobrás, no governo Lula, e por várias vezes foi diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal no Rio de Janeiro. Em nota, os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff lamentaram a passagem do cientista.

"Pinguelli Rosa deu imensa contribuição para a evolução do sistema energético brasileiro, que hoje está sob ataque de entregadores do país", declarou Lula. "O Brasil perde um dos seus mais renomados cientistas e especialistas em energia", disse a ex-presidenta.

"Pinguelli foi um homem à frente do seu tempo, um visionário defensor da ciência e do país".

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás, o senador Jean-Paul Prates (PT-RN) também manifestou sua tristeza com a perda. Ele relembrou uma passagem com o professor na França, em 1990, em uma conferência mundial de economistas de energia onde Pinguelli foi aplaudido de pé. "Das primeiras turmas de alunos saíram muitos dos que dirigem o setor hoje. Luiz Pinguelli fará muita falta", disse.

O atual diretor da Coppe/UFRJ, Romildo Toledo, lamentou a morte de Pinguelli e decretou luto de três dias. "Em meu nome e em nome da diretoria, da qual Pinguelli fazia parte, e de todo Corpo Social da Coppe, prestamos nossas sinceras condolências e solidariedade aos familiares e amigos", anunciou.

Membro da Academia Brasileira de Ciências, eleito em 2003, o professor integrou o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC/ONU) e já recebeu o Forum Award da Sociedade Americana de Física, em 1992. No decorrer da carreira, recebeu a comenda com o grau de Chevalier de L'Ordre des Palmes Académiques, concedido em 1998 pelo Ministério da Educação da França. Também foi agraciado, em 2000, com o Prêmio Golfinho de Ouro, na categoria ciências, concedido pelo Conselho Estadual de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Ele também foi condecorado com e as medalhas da Ordem do Mérito dos ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, em 2003.

Com formação em engenharia nuclear, Pinguelli sempre esteve próximo ao segmento e participou do projeto da primeira usina nuclear brasileira, Angra 1, no Rio de Janeiro. Dilma lembrou do papel ativo dele na política e na defesa dos interesses nacionais. "Pinguelli foi um nacionalista que colocou o Brasil e os interesses do povo no centro de todo o seu trabalho intelectual e científico", disse.

Graduado em Física pela UFRJ, mestre em Engenharia Nuclear pela Coppe/UFRJ e doutor em Física

pela PUC-Rio, Pinguelli foi diretor da Coppe por quatro mandatos. Era também membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Também foi fundador da Associação de Docentes da UFRJ (Adufrj), tendo sido seu primeiro presidente.

Suas áreas atuais de pesquisas se concentravam em planejamento energético, mudanças climáticas, além da epistemologia e história da ciência. As pesquisas de Pinguelli já se dedicaram à engenharia nuclear, física de reatores, física teórica e física de partículas. Ele foi pesquisador e professor visitante de diversas universidades mundo afora: Stanford (EUA), Pensilvânia (EUA), Grenoble Alpes (França), Cracóvia (Polônia), Centro Internacional de Pesquisa em Meio Ambiente e Desenvolvimento (França), Centro de Estudos Energéticos Enzo Tasselli (Itália), Agência Nacional de Energia Nuclear e Fontes Alternativas (Itália) e Fundação Bariloche (Argentina).

•

BICENTENÁRIO

1822 2022

DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20 anos
Centro Sérgio Buarque de Holanda
Documentação e Memória Política
instituído em 2001

Saiba como criar um comitê
pt.org.br